



ANO XLIII — Nº 050

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

QUARTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1988

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 21ª SESSÃO, EM 17 DE MAIO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação

— Do senador Teotonio Vilela Filho, de que se ausentará do País.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Referente ao tempo destinado aos oradores do Expediente da presente sessão que será dedicado referenciar a memória do ex-Senador Tarsó Dutra.

Oradores

SENADOR JOÃO MENEZES

SENADOR NELSON CARNEIRO

O SR. PRESIDENTE HUMBERTO LUCENA
— Fala associativa em nome da Mesa.

1.2.3 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR RUY BACELAR — Reunião do Presidente José Sarney com os Governadores dos Estados. Centenário da Lei Áurea.

SENADOR ODACIR SOARES — Convenção regional do PMDB de Rondônia.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG —

Decreto-lei que regula pagamento de gratificações a servidores.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Cem anos de promulgação da Lei Áurea.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Instalação no Ceará de refinaria de petróleo da Petrobrás.

SENADOR EDISON LOBÃO — Calamidade ocorrida em Imperatriz — MA, decorrente de fortes chuvas.

SENADOR LOIRIVAL BAPTISTA — Homenagem de pesar pelo falecimento do professor e jurista Manoel Ribeiro.

SENADOR MÁRIO MAIA — Reunião do Presidente José Sarney com os Governadores de Estado.

SENADOR ALFREDO CAMPOS — Centenário da abolição da escravatura.

SENADOR MARCO MACIEL — Implantação de refinaria da Petrobrás no Nordeste.

1.3 — ORDEM DO DIA

Deixam de ser submetidas ao Plenário, por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão, as seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1988 (nº 206/87, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1988 (nº 408/88, na Casa de origem), que dispõe sobre as medidas de proteção e amparo às vítimas das enchentes e desabamentos ocorridos nos Estados do Rio de Janeiro e Acre e de fomento às atividades econômicas das áreas atingidas.

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1988 (nº 8.387/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria a 16ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1988 (nº 381/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.

Parecer nº 2, de 1988, apresentado pela Comissão Especial, concluindo que não deve ser objeto de deliberação a Denúncia s/nº, de 1988, do Senhor Deputado Gerson Peres, contra o Doutor José Paulo Sepúlveda Pentece, Procurador-Geral da República.

Requerimento nº 37, de 1988, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos regimentais, ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informa-

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso Cz\$ 6,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

ções a respeito da Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEAC, a fim de instruir o estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 1982.

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1987 (nº 171/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 1985 (nº 2.929/83, na Casa de origem), que altera a redação da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que "institui normas gerais sobre desportos". (Dependendo da votação do Requerimento nº 179, de 1987, de adiamento da discussão.)

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1986 (nº 7.679/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da administração indireta e fundações, das transferências de recursos federais.

Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1987 (nº 214/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1988 (nº 1.932/83, na Casa de origem), que estabelece normas para o funcionamento das frentes de serviço organizadas em períodos de seca, e dá outras providências.

Mensagem nº 45, de 1988 (nº 45/88, na origem), relativa à proposta para que seja auto-

rizada a Prefeitura Municipal de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.645,45 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Mensagem nº 48, de 1988 (nº 48/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 180.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Mensagem nº 49, de 1988 (nº 49/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Turiacu, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.738,72 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Mensagem nº 52, de 1988 (nº 60/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Peabiru, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 12.775,48 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Mensagem nº 64, de 1988 (nº 79/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Assu, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.965,23 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Mensagem nº 66, de 1988 (nº 81/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Jardim, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 7.033,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Mensagem nº 74, de 1988 (nº 89/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Luciara, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 42.437,69 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Mensagem nº 75, de 1988 (nº 90/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 62.192,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Mensagem nº 89, de 1988 (nº 103/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Mensagem nº 112, de 1988 (nº 182/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 800.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Mensagem nº 113, de 1988 (nº 183/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Rio Branco, Estado do Acre, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 31.927,84 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Ofício nº S/6, de 1988 (nº 54/88, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 160, de 1986, que autorizou o Governo do Estado do Pará a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 363.865,70 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL.

— Ata de reunião.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 21^a Sessão, em 17 de maio de 1988

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 48^a Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs.: Humberto Lucena, Lourival Baptista e Francisco Rollemberg.

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Perez — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agrepino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotonio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauáro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 12 de maio de 1988

Exmº Sr.
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente:

Comunico a V. Ex^a, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que me ausentarei do País no período de 12 a 20 de maio corrente, em viagem de caráter particular.

Valho-me do ensejo para reafirmar a V. Ex^a os protestos do meu apreço e consideração. — Senador Teotonio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — A comunicação lida vai a publicação.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — O tempo destinado aos oradores do Expediente

da presente sessão será dedicado a reverenciar a memória do ex-Senador Tarso Dutra, nos termos do Regimento nº 31, de 1988, de autoria do Sr. Senador João Menezes e de outros Srs. Senadores, aprovado no dia 20 de abril último.

Tenho a satisfação de convidar a família do homenageado para tomar assento no plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Senado Federal, Srs. Senadores, Dr. Paulo Tarso Dutra, Dr. Osvaldo Flávio Degrazia e Sr^a, Srs. Ministros Paulo Brossard, Alberto Hoffmann, Adhemar Ghisi e Ministro Lauro Leitão, por si e representando o Presidente do Conselho Federal de Educação:

O Arcebispo Dom Cláudio Colling, ao ler a homilia, durante a missa de corpo presente rezada na Igreja-Matriz de Porto Alegre, declarou: "que a vida de Tarso Dutra seja o exemplo para a nossa Nação".

Falar de Tarso Dutra é motivo de alegria e também de tristeza, pois, se nos alegra recordar a vida daquele ático rio-grandense, também nos entristece saber que jamais voltaremos a encontrá-lo, seja no plenário do Congresso, seja no Ministério da Educação, onde, durante sua gestão, deu novo rumo ao problema educacional brasileiro.

Malgrado por quê? Porque me enche de consternação a certeza brutal de não mais encontrar-se entre nós o gaúcho que teve todas as virtudes dos seus coestaduanos, sem os comuns arrebatamentos de todos os pró-mendes do Rio Grande, cujo símbolo podemos erigir em torno de Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, inteligências e atividades marcantes a serviço do País.

Como disse, se é de malgrado que falo de Tarso Dutra, pela marcante tristeza que me traz sua ausência eterna, é certamente de bom grado que dele falo, pois recordá-lo é revê-lo, é como se estivesse entre nós.

Embora seja nosso intuito relembrar, sobretudo, o político que, pela sua vida afora, se dedicou sempre a engrandecer nossa Pátria, começo, todavia, a falar do homem, daquele homem a quem em seu livro *Del Sentimiento Trágico De La Vida, De Los Hombres, De Los Pueblos*, se refere Unamuno, quando diz: "O homem de carne e osso, o que nasce, sofre, come, bebe, diverte-se, pensa, quer e morre, a quem se ouve, ao homem, o nosso irmão."

Antes do político, portanto, é desse homem que vamos falar, do homem que de gaúcho tinha, como já disse, todas as virtudes da gente dos

pampas, mas que tinha o seu próprio condicionamento.

Tomemos, para caracterizar e comparar o homem Tarso, o seu coestaduano Flores da Cunha, ilustre, como os mais ilustres do seu tempo e de sua terra, inteligente, culto e leal, homem de nobres rasgos e coragem e dos mais estranhos arrebatamentos, com tiradas bem gauchescas. Vejamo-lo discursando na Câmara, para fazer um paradoxo com Tarso Dutra. Orador eloquente, Flores, com a sua palavra, empolgava e arrebatava os presentes, presos à linguagem gaúcha de sua falação. Recordemos a cena. Começo da legislatura. Mal iniciou Flores da Cunha a sua oração, versando sobre a última campanha presidencial, quando um Deputado pede e consegue apartá-lo, começando o aparte com estas palavras: "Permita-me V. Ex^a que, nestas ensanchas oportunas..." O orador ouve o aparte, não responde e continua o discurso. Porém, mais tarde, quando o mesmo aparteante volta a interpelá-lo, Flores demora um instante e, naquele vozeirão tonitruante, retruca: "Pode apartear-me, seu ensancho oportuno..." O plenário da Câmara estrepitou em gargalhadas e o aparteante carregou consigo, durante muito tempo, o estigma com que foi brindado por Flores da Cunha.

O episódio que estamos relembrando serve para mostrar que Tarso Dutra jamais assim procederia, pois era o gaúcho macio, respeitador e com grande acuidade sentimental. Tarso Dutra era um gaúcho, na expressão da palavra, com características próprias. Era um ático. Porém, se não quisermos compará-lo a um grego, podemos situá-lo, pelas suas maneiras, como um fidalgo da Renascença. Este era o homem.

Quem nos diz a gentileza de Tarso Dutra, ao apartear, é o Ministro, aqui presente, Paulo Brossard, ilustre, culto e inteligente, porém também senhor da mesma flama gaúcha. Vejamos como se comportava Tarso Dutra na tribuna. "Os Anais Parlamentares" — diz Paulo Brossard — "não registraram uma única palavra menos atenciosa e menos polida de Tarso Dutra". Interpretando os fatos de maneira diferente e até antagônica, concluiu o atual Ministro da Justiça: "Sempre tivemos a mais absoluta polidez, porque sempre encaramos os problemas com superioridade."

Agora chegamos ao político, pois é do político que devo falar. Com toda a sua formação humanística, Tarso Dutra sempre foi um homem que promoveu, pela educação e pela firmeza de caráter, o respeito aos seus semelhantes e aos seus companheiros. Era marcante em sua vida tal procedimento.

Certa vez fui a Roma representar o Senador Tancredo Neves em uma Missão Interparlamentar, da qual o então Senador Tancredo Neves era Membro efetivo, e fui surpreendido por um

movimento que, na oportunidade, pretendia alijar Tancredo Neves, fazendo uma eleição em Roma. Protestei, gritei, como sempre. Encontrei apoio na figura esplêndida de Benjamin Farah, que, revoltado com o que ouvia, levou-me à presença de Tarso Dutra, se não me engano, Vice-Presidente da União Interparlamentar no momento, que, com a sua autoridade e respeitabilidade, impedia que a violência fosse consumada. Tendo estudado Humanidades em sua terra natal, Tarso Dutra transfere-se para Porto Alegre e vai estudar Medicina, certamente influenciado por Viriato Dutra, seu tio e o primeiro médico que tratou de Tarso quando ainda criança. São cinco os anos de estudo médico. Prestes a doutorar-se, Tarso Dutra arrepende-se, deixando de lado a Medicina e passa a estudar Direito, curso que completou.

É época da Revolução Paulista e Tarso, para não fugir à sua formação gaúcha, senta praça na Brigada Militar e é promovido a Tenente. Vai à luta sob o comando do General Waldomiro Lima, marcando o seu nome entre os idealistas da época. Por idealismo, já demonstrando seu apego à ordem e à unidade da Pátria, é que Tarso foi à luta com coragem e desprendimento.

Podemos parar aqui a descrição da vida do homem Tarso Dutra para rememorar sua verdadeira vocação: a de servidor da Pátria na função política.

Sua carreira política começou cedo e cedo foi interrompida, como ele próprio o conta numa entrevista exclusiva dada ao **Correio do Povo**. Aos 18 anos, foi eleito Vereador em Iraí, terra em que passou a viver logo depois de nascido, quando para este Município transferiu-se seu pai, no intuito de clínica. Conta Tarso que naquela disputa municipal de 1937, três meses antes do Estado Novo e também três meses depois de haver perdido o mandato de Vereador, por imposição revolucionária, deu o seu primeiro passo na vida política. Cassado — já naquela época, sofria a violência da cassação —, ocupa vários empregos na luta pela sobrevivência e para manter acesos os seus ideais políticos, até que é convocado pelo Dr. Silon Rosa para ser Chefe do Gabinete Civil do seu Governo. Saiu daí para o Legislativo Estadual.

A 1º de março de 1947, reúne-se, depois do Estado Novo, a Assembleia Legislativa Estadual, que congregava uma pléiade de homens públicos, tais como Brito Velho, Godoy Ilha, Leonel Brizola, João Goulart, Nestor Jost, além de outros. Também está Tarso Dutra, de logo escolhido para a Comissão que elaborou o projeto constitucional.

Dai, já em 1951, candidatando-se pelo PSD, essa grande universidade política, marcada pela presença de Amaral Peixoto, o grande e inigualável comandante, Tarso se elegeu Deputado Federal. Saindo de uma Assembleia Legislativa para a Câmara Federal, Tarso volta para nova Legislatura, ocupando o primeiro lugar nos votados. Aí está a medida para avaliar a sua atuação na Câmara. Os eleitores gaúchos fazem-no voltar ao Legislativo Federal, como consequência de seu trabalho profícuo, de sua inteligência e de sua capacidade de solucionar os problemas intrincados da época.

Pela sua presença no cenário político como um dos de maior potencialidade eleitoral, volta pela terceira vez ao Legislativo Federal. Aquele homem calmo, tranquilo, singelo, era um homem

que penetrava em todas as classes sociais, e a massa, o povão do Rio Grande do Sul, sempre o reconduzia nos pleitos eleitorais. Apesar do clima de incerteza, Tarso Dutra, com a sua presença, mantinha altivamente o seu posicionamento, enfrentando todas as intempéries e os desajustes com que sobrevivia a política.

Homen tranquilo, seguro e sereno, fez-me com segurança uma advertência, certa vez, quando viajávamos em um pequeno avião da "Cruzeiro", no trecho Brasília-Rio, e fomos assolados por uma violenta tempestade, que causou o maior pânico aos passageiros do avião. Eu estava sentado ao seu lado, ao lado de Tarso Dutra, e me segurava na cadeira, quando ele, com o seu espírito sereno, me disse: "João, vamos jantar o que vier, pois se cairmos estaremos alimentados por 24 horas". Enquanto ele assim procedia, o alimento não ultrapassava minha garganta. Esse pequeno incidente reflete o espírito determinado do gaúcho valente e sereno.

No Governo Costa e Silva, debateu e solucionou muitas vezes assuntos intrincados de educação. Daí ter sido, em 1967, nomeado Ministro da Educação e Cultura, onde enfrentou uma das épocas mais dramáticas da vida pública, em que os universitários, com toda a sua força, nas ruas reclamavam, fazendo sentir as suas reivindicações.

Embora não fosse um especialista nem um pedagogo, Tarso conhecia muito bem os assuntos inerentes ao sistema educacional brasileiro, eivado de problemas, desde a falta de vagas nos cursos superiores até a centralização. Sorridente eram tomadas as decisões no próprio Ministério, fato que dificultava o aperfeiçoamento da educação. Assim, no Ministério, traçou uma linha de ação e procurou cumprir o quanto planejava sem jamais se afastar das diretrizes que traçara.

O Sr. Carlos Chiarelli — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Pois não.

O Sr. Carlos Chiarelli — Sr. Presidente, Sr. Senador, a ninguém mais do que aos gaúchos, ainda que admita que, tanto quanto aos gaúchos, a todos toca esta homenagem de lembrança e apreço e justo preito com relação à figura do grande homem público, do ex-Senador, do ex-Deputado, do ex-Ministro, e, sobretudo, do sempre político Tarso Dutra. Não tive a honra e o privilégio de ter sido seu Colega aqui, nesta Casa. O tempo, a idade, as gerações, a precocidade dele, talvez o meu atraso, impediram esta condição de simultaneidade. Tive uma compensação: fui Colega do Senador Octávio Cardoso, ilustre homem público que, na época, era o substituto do Senador Tarso Dutra. De qualquer maneira, sem ter sido seu Colega, fui desde a juventude seu admirador, acompanhando da planície a obra que realizava pelo Brasil, particularmente pelo Rio Grande do Sul. Tive o ensaio, e vi que V. Ex^e caminhava,

no seu pronunciamento, para a análise da gestão ministerial de Tarso Dutra, de ser professor e até mesmo exercer a Reitoria de uma das Universidades que veio a se tornar consolidada, homologada, reconhecida durante o período de Tarso Dutra no Ministério da Educação e Cultura. E não só esta. A Universidade Católica de Pelotas, foi a Universidade Federal de Santa Maria e foram muitas outras por todo este Brasil. Nessas suas andanças à distância, semeando o conhecimento,

distribuindo a igualdade de oportunidade, através da interiorização do ensino, sobretudo do ensino superior, há uma grande dívida das gerações atuais e, quem sabe, de todas as gerações que transitarem por esses bancos universitários, com o trabalho, tantas vezes criticado à época por teóricos da educação, desenvolvido por Tarso Dutra. Nós, gaúchos, que acompanhamos de perto, que fomos testemunhas oculares da História, que fomos partícipes do resultado da sua fecunda gestão, temos na nossa mente esse sentimento, que não é um sentimento meramente de bairrismo, não é a reação emotiva e parcial de quem é conterrâneo. É tranquilamente o julgamento de quem pode ver melhor, porque viu, quem sabe, de mais próximo. É neste sentido, com a condição de admirador, que nos rendem ao exemplo de coragem, de austeridade, de idoneidade do Ministro dedicado, do homem que interiorizou a educação, do homem que semeou escolas, do homem que, I, no campo da ação social, no campo da assistência social, foi, de certa forma, um paladino: são creches, são escolas de formação profissional, são instituições que ainda estão lá, e, creio, por todo o Brasil, mas digo em especial lá, no nosso Rio Grande, desculpem-me o bairrismo acentuado: Valendo por mil monumentos, pela estátua que não foi construída, pelo busto que não se inaugurou, estão as casas simples atendendo às crianças, casas que foram deixadas pela obra de Tarso Dutra. Talvez muitos não saibam, e esta é uma oportunidade para lembrar, e, por isto, o aplauso e o reconhecimento que a História haverá de ter com quem promoveu este momento, que permite que se faça essa recapitulação dos méritos de quem os teve e, sobretudo, não há que se deixar de reconhecer o político hábil, o artesão partidário, o homem dedicado à montagem da arquitetura do partido político, do cuidado da composição, da paciência, da permanente disposição em ser político vinte e quatro horas por dia, não para si, mas pela importância que a política tem e que haverá de ter. Viajor incansável pelas estradas interioranas, conhecendo cada distrito, cada capela, cada salão comunitário, conhecendo pelo nome cada líder político da região e das cidades, essa foi a figura que se projetou aos nossos olhos à época de jovem professor, e hoje, passado o tempo, passando pelo tempo e o tempo passando por nós, com muito mais segurança para poder dizer que nada mais merecido que esta homenagem e este agradecimento desta Casa, que ele tanto prestigiou e a qual emprestou tanto do seu tempo e da sua dedicação. É a homenagem que esta Casa faz, em nome da sociedade brasileira, a alguém que foi tão importante e que, às vezes, não recebe da notoriedade posterior as laus de estima.

O SR. JOÃO MENEZES — Eminentíssimo Senador Carlos Chiarelli, recebeu com grande honra o aparte de V. Ex^e, que encaixa em nosso discurso mais detalhes da vida e da carreira de Tarso Dutra. V. Ex^e, um homem lá dos pampas, reunido aqui com o homem da Amazônia, nesta oportunidade, representando os extremos do País, presta esta homenagem ao homem público, ao homem singular, ao homem inteligente, ao homem capaz.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^e um aparte, sobre Senador João Menezes?

O SR. JOÃO MENEZES — Com prazer, eminente Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Ao contrário do Senador Carlos Chiarelli, tive o privilégio duplo de ser Colega do Senador Tarso Dutra no Senado e de ser o seu substituto no Ministério da Educação e Cultura. V. Ex^o está-se referindo, no momento, exatamente ao desempenho do ex-Ministro Tarso Dutra nessa Pasta. Já éramos colegas de Ministério: eu, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e o nosso saudoso companheiro no Ministério da Educação e Cultura. Gostaria de dar dois depoimentos, se V. Ex^o pudesse abrigá-los no magnífico discurso que faz. O primeiro é relacionado exatamente com a fase em que eu ainda era Ministro do Trabalho e Tarso Dutra era Ministro da Educação: as famosas reuniões do Conselho de Segurança para cassação dos direitos políticos. Eu testemunhei, em certa reunião, a defesa ardorosa, ainda que dentro da polidez com que ele sempre se conduzia e que V. Ex^o salientou ainda há pouco, de um adversário político de Tarso Dutra no Rio Grande do Sul. Ele o defendia no Conselho de Segurança, quando poucos éramos aqueles que levantávamos a voz para defender alguma pessoa, depois que essa indicação havia passado pelos três Ministros militares e pelo Ministro da Justiça. Não me pude conter e dirigi-lhe um bilhete — sentávamos-nos frente a frente — elogiando a bravura pessoal e a correção com que o Ministro Tarso Dutra defendia um adversário político que ele entendia estar, no momento, sendo vítima de uma acusação injusta. Embora não tenha sido bem-sucedido na sua defesa, lá deixou marcada a sua posição. Cresceu, a partir daí, a minha admiração por ele. Mais tarde, surpreendentemente, vi-me Ministro da Educação e Cultura substituindo Tarso Dutra, e não vou usar a frase feita dizendo que não o substituí, mas apenas o sucedi. Eu o substituí exatamente na medida em que continuei os projetos que ele iniciara no Ministério da Educação e Cultura, alguns lembrados pelo Senador Carlos Chiarelli. As Escolas Técnicas Federais, por exemplo, devem a Tarso Dutra tudo. Elas se transformaram de antigas oficinas de artes e ofícios em escolas mais procuradas do que muitas universidades. E a mim me coube a tarefa de continuar o trabalho que ele havia feito, inclusive na minha Belém do Pará. A Reforma do Ensino Superior, a Reforma Universitária, tão injustiçada pelas esquerdas na ocasião, que falavam no famoso Acordo MEC/USAID, que nunca houve, e foi objeto de discursos, foi objeto de acusações veementes, foi objeto de pichações nas paredes, no entanto, nunca houve o Acordo MEC/USAID, por uma simples razão: nunca Tarso Dutra nomeou a Comissão brasileira que deveria ir reunir-se com a Comissão americana para discutir a política educacional do País. Isto muito pouca gente sabe. O Mobral foi Tarso quem lançou. Lançou o Mobral numa ocasião em que ele, infelizmente, não tinha meios para continuar o programa, porque, como V. Ex^o ainda há pouco se referiu, ele se voltou prioritariamente para outra questão muito mais cheia de apelos pela sociedade, que se traduziu nos chamados excedentes universitários dos exames vestibulares. Então, Tarso teve um desempenho, no meu entender, brilhante, que eu disse quando o substituí no Ministério,

e ainda consta de uma revista, **Manchete**, daquela época a defesa que fiz da sua administração. E os projetos que tive bem-sucedidos, com a Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus, que o Congresso brasileiro apoiou e aprovou, e modificou em parte, e, de algum modo, essa modificação não foi boa, quando tornou obrigatória a profissionalização ao término do 2º grau — repito, esses projetos foram iniciados por Tarso Dutra. De maneira que a mim me coube acompanhar aquilo que ele tinha iniciado a fazer, para poder ter um desempenho que satisfizesse às aspirações nacionais no campo da educação. Guardo de Tarso Dutra, depois, o contato aqui no Senado Federal: essa tranquilidade, essa polidez a que V. Ex^o se referiu, de par com a firmeza das suas atitudes. Nós, aqui, o tivemos como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e, antes, já o tínhamos Educação e Cultura, entre outras muitas que ele desempenhou. Gostaria que V. Ex^o recebesse e acolhesse no seu discurso este testemunho que faço, pleno de sinceridade e de saudade por ele.

O SR. JOÃO MENEZES — Eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho, encaixo no meu discurso o pronunciamento de V. Ex^o, porque, como seu substituto no Ministério da Educação e Cultura, pôde trazer, seu testemunho do trabalho, da ação de Tarso Dutra nessa Pasta. Por outro lado, V. Ex^o acrescenta a este, mais um dado histórico, o posicionamento de Tarso Dutra nas horas difíceis que o País atravessou. Este depoimento histórico é da maior importância e se casa com o seu procedimento, quando cassado como vereador. Isto era Tarso Dutra, um homem humilde, inteligente, sincero, valente e, sobretudo, um grande brasileiro.

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex^o me permite um aparte, Senador João Menezes?

O SR. JOÃO MENEZES — V. Ex^o tem o aparte, eminentíssimo Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador João Menezes, no momento em que o Senado Federal reverenciava a memória impecável do nosso saudoso colega, Senador Tarso Dutra, também permito-me render a minha homenagem àquele gaúcho preeminentemente que, exercendo as funções de vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e ministro de Estado, honrou e dignificou a vida pública brasileira. Dirla a V. Ex^o que chegando a esta Casa, em 1975, aqui já encontrava Tarso Dutra pontificando no Congresso — ele que já desempenhara outros mandatos, quer na Câmara dos Deputados, quer no próprio Senado Federal — e sempre vi naquela sua figura bondosa um grande conselheiro, disposto a nos oferecer tudo o que ele possuía de bondade, de magnanimidade, de clarividência, de competência, de talento, de descortino e de experiência na vida pública. Os eminentes colegas Senadores Carlos Chiarelli e Jarbas Passarinho já ofereceram ao discurso de V. Ex^o testemunhos valiosos do que foi a atuação de Tarso Dutra e eu me permitiria relembrar fatos que a seu lado passei aqui nesta Casa e fora dela. Aqui, na Comissão de Relações Exteriores, fui indicado naquela ocasião pelo grande contemporâneo de Tarso Dutra, então Líder do MDB nesta Casa, hoje guindado à condição de Ministro da Justiça, esse extraordinário brasileiro, o Ministro Paulo Brossard; Nobre Senador João Menezes,

há um detalhe, há uma passagem na vida de Tarso Dutra, aquele Tarso Dutra que costumávamos a ver ali, naquela derradeira fila de cadeiras, recebendo os companheiros, conversando com todos eles, e transmitindo aqueles ensinamentos e aquelas diretrizes que permitiram a cada um de nós uma melhor condição na defesa dos interesses nacionais, desejo apenas pôr em relevo, neste momento, um fato que com ele vivi fora do País. Ele, já com a saúde abalada, participaria, como participou, de um Congresso Internacional em Havana, quando Fidel Castro ali proferiu um discurso terrível contra os Estados Unidos, assistido por todos nós. E Tarso Dutra, acometido de uma crise hipertensiva, assistida pela sua admirável companheira D. Pastorinha, queria acompanhar, mesmo do hotel onde estava hospedado, todos os lances que se passavam naquele clube, com a participação de mais de mil e quinhentos representantes de todas as nações. Pois bem, Tarso Dutra, a cada meia hora, a cada trinta minutos, a cada sessenta minutos, telefonava do hotel procurando-me, para saber se a sua presença seria indispensável no plenário daquela Conferência Interparlamentar. Esse fato é bastante para evidenciar o seu extraordinário espírito público e, sobretudo, o senso de responsabilidade no cumprimento de uma missão que lhe fora cometida pelo Senado Federal. Este fato, mencionado assim, ligeiramente, e sob o impacto da mais profunda emoção, deve ser entendido, nobre Senador João Menezes, como uma homenagem sincera, brotada do fundo da alma, ao extraordinário companheiro que foi o Senador Tarso Dutra.

O SR. JOÃO MENEZES — Eminentíssimo Senador Mauro Benevides, sinto-me demasiadamente gratificado e emocionado de ter tido a felicidade, junto com outros companheiros do Senado Federal, de pedir esta sessão em homenagem a Tarso Dutra, porque o que estamos ouvindo, nos apartes proferidos até este momento, não é o simples encômio ao falecido, não é uma homenagem comum ao falecido. Estamos gravando nos Anais do Senado a história e a vida do homem que se dedicou à política, do homem que tinha a política no coração e na inteligência, do homem que todos nós, quase cada um de nós, temos o exemplo da sua passagem na vida pública.

Muito grato ao brilhante aparte.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite V. Ex^o um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Ouço o eminentíssimo Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador João Menezes, gostaria de acrescentar ao magnífico depoimento que V. Ex^o presta a um dos melhores homens públicos deste País a gratidão da minha geração e a gratidão do meu Estado, o Estado de Alagoas. Da minha geração, porque iniciando a minha vida pública, como candidato a Prefeito de Maceió pelo PSD, enxergava, então um pouco mais do que um adolescente, no Ministro Tarso Dutra, um dos "caciques" do meu Partido, no sentido afetuoso desta palavra, um exemplo e um modelo. E a gratidão do meu Estado pelo muito que ele fez pela cultura e pela educação de alagoas, à frente do Ministério da Educação e Cultura, Alagoas muito lhe deve, a exemplo do que acontece com todo este País. Os Senadores Car-

los Chiarelli e Jarbas Passarinho deram depoimentos magníficos a respeito da personalidade superior do Senador Tarso Dutra. Carlos Chiarelli marcou, exaltou, a força da atividade política exercida pelos gaúchos, aquele estilo bem próprio dos gaúchos, a firmeza de suas atitudes, a franqueza de seus atos, muito bem exaltadas pelo Senador Carlos Chiarelli. O Senador Jarbas Passarinho teve o privilégio de haver convivido de perto com o Senador Tarso Dutra, que, a exemplo do que fez, também vem dignificando a atividade política neste País; trouxe um depoimento íntimo de uma decisão de uma fase de exceção da vida política nacional, onde exaltou as qualidades e a força da personalidade do Ministro Tarso Dutra. O Senador Mauro Benevides traz o depoimento de fatos internacionais e da sua longa convivência com o Senador Tarso Dutra. Acrescento a gratidão do meu Estado e da minha geração, dizendo que o Senador Tarso Dutra é um exemplo, neste momento em que a classe política anda tão desgastada perante a opinião pública, de que política pode ser feita com dignidade.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito obrigado, eminente Senador Divaldo Surugay. É bom que V. Ex^e traga das dificuldades do Nordeste a sua bravura, para se unir aos homens dos pampas nesta homenagem que prestamos ao grande brasileiro que foi Tarso Dutra.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Ouço com muita honra o eminente Líder do governo Rachid Saldanha Derzi.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Nobre Senador João Menezes, congratulo-me com V. Ex^e por estar hoje, nesta tribuna, prestando uma homenagem a um dos políticos mais dignos desta Nação. Convivi com Tarso Dutra e fui seu amigo fraternal desde 1954. Éramos adversários, S. Ex^e do PSD e eu da UDN, mas mantivemos uma amizade estreita. O respeito que tinha pela sua pessoa, pela sua conduta, pelo seu modo de ser, pela sua educação, pela sua finura, é extraordinário, sempre fez com que eu seguisse seu exemplo. S. Ex^e, que era um político na acepção da palavra, todos os meses passava uma semana no seu Estado, percorrendo as bases eleitorais. Era um homem altamente dedicado, um verdadeiro político, realmente um exemplo para todos nós. Muito devo a S. Ex^e, por ter seguido seu exemplo na minha vida pública. S. Ex^e foi um homem dedicado, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, onde fomos Colegas, permanentemente estudando e se dedicando aos problemas que aqui discutímos. Especialmente a Lei Eleitoral, esta que está aí — devemos em grande parte à dedicação, à inteligência, à capacidade de Tarso Dutra. Realmente é um homem que faz falta, porque, na Câmara, no Senado, S. Ex^e foi um homem altamente dedicado. Também quando representou o Brasil no exterior, S. Ex^e, como Presidente da União Interparlamentar, foi um homem extraordinário, projetou muito o nosso País externamente. S. Ex^e é o exemplo que devemos seguir, e V. Ex^e, realmente, presta a mais a homenagem a um homem que, realmente, foi na acepção da palavra, um grande e dedicado político, um grande brasileiro, um exemplo para

as próximas gerações que estão aí. Muito obrigado a V. Ex^e

O SR. JOÃO MENEZES — Eminent Líder do Governo, o aparte de V. Ex^e me faz classificar essa sessão de hoje como uma festa política, porque estamos todos aqui, trazendo uma colaboração, um pedacinho do que foi a vida de Tarso Dutra. Tarso Dutra é o homem que, nesta homenagem que está recebendo no Senado Federal, deve ter isso como uma pequena e humilde recompensa que nós, políticos, fazemos a um homem que tanto nos honrou e que pode sempre ser um símbolo para a nossa vida.

O Sr. Lourival Baptista — Permite-me um aparte, Senador João Menezes?

O SR. JOÃO MENEZES — Com prazer, ouço V. Ex^e Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista — Eminent Senador João Menezes, desejo associar-me às justas homenagens que o Senado presta, hoje, ao grande Senador Tarso Dutra. Sem dúvida uma das personalidades mais dignas nos domínios da política e da administração, onde prestou relevantes serviços ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. Foi Deputado Federal em várias legislaturas, quando nos conhecemos. Depois, chegamos ao Senado Federal em 1970. Era exímio trabalhador, respeitado pelos colegas, tanto na Câmara, como no Senado. Tive a grande satisfação de ser seu vizinho de apartamento — morávamos juntos. Como Ministro da Educação, o eminente Senador Jarbas Passarinho, que o substituiu no Ministério, nos deu um grande depoimento, dizendo o que foi a sua passagem pelo Ministério da Educação. Quero, nesta oportunidade, relembrar a grande ajuda que Sergipe recebeu do Ministro Tarso Dutra. Era eu Governador do Estado e sua Ex^e, como Ministro da Educação, muito nos ajudou, prestando-nos todo apoio durante nosso Governo.

Evoco com saudade a figura exponencial de um dos mais insignes políticos do nosso País. Homem público exemplar pela sua inexcedível probidade e valor cultural, vocacionado para bem servir ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, nos cargos que exerceu com dignidade. A homenagem que lhe é prestada hoje, pelo Senado Federal, não tenho dúvida, terá o apoio de toda a Casa, pois exaltar homenageia um homem de bem, um excepcional político que soube servir ao seu Estado, ao Brasil e aos seus amigos, dentre os quais eu me inclui. Não tenho dúvidas de que o povo do Rio Grande do Sul ainda chora a sua morte, assim como todos aqueles que privaram da sua amizade e da sua estima. Muito obrigado, Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES — Eminent Senador Lourival Baptista, a emoção que invade o coração de V. Ex^e, nesta oportunidade, tenho certeza, é a mesma que está tomando conta de todos nós, seus companheiros. E V. Ex^e traz também, nesta colcha de retalhos, que hoje estamos fazendo da vida de Tarso Dutra, exemplos, passagens, palavras que precisam compor a história de amanhã. Muito obrigado pela intervenção de V. Ex^e

O Sr. Nabor Júnior — Permite V. Ex^e um aparte, eminente Senador?

O SR. JOÃO MENEZES — Pois não, eminente Senador.

O Sr. Nabor Júnior — Senador João Menezes, no momento em que esta Casa homenageia a memória do grande e saudoso político do Rio Grande do Sul, Deputado, Senador e Ministro Tarso Dutra, em nome do povo do meu Estado, o Acre, assinalo, também, a nossa homenagem pelo muito que o então Deputado contribuiu para a aprovação do projeto que transformou o então Território Federal do Acre em Estado. Membro da Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara Federal, o Deputado Tarso Dutra elaborou o substitutivo ao projeto de autoria do Deputado José Guiomard dos Santos, melhorando-o consideravelmente e contribuindo para que essa proposta obtivesse aprovação quase unânime da Câmara dos Deputados. Em reconhecimento a essa efetiva participação, na aprovação do projeto de transformação do ex-Território Federal do Acre em Estado, a Assembléia Legislativa do meu Estado prestou uma singela homenagem ao saudoso homem público Tarso Dutra, conferindo-lhe o título de cidadão acreano. Tenho o prazer de proclamar, nesta oportunidade, que exercia, na época, o mandato de deputado estadual e participei daquela memorável sessão da Assembléia Legislativa do meu Estado que homenageou Tarso Dutra, pela efetiva e grande contribuição que S. Ex^e teve na aprovação do projeto de transformação do Território Federal do Acre em Estado federativo do Brasil. Muito obrigado a V. Ex^e

O SR. JOÃO MENEZES — Eminent Senador Nabor Júnior, que bom que V. Ex^e, lá do Acre, viesse misturar-se com o minuano para trazer mais um detalhe do que foi a vida de Tarso Dutra. Como se vê, S. Ex^e percorreu este País todo com o seu patriotismo, com a sua coragem, com o seu trabalho.

O Sr. José Paulo Bisol — Nobre Senador João Menezes, concede-me um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Ouço V. Ex^e, eminente Senador José Paulo Bisol.

O Sr. José Paulo Bisol — Circunstâncias singulares me relacionam com o grande Ministro Tarso Dutra: é que eu jurisdicionava, anos e anos atrás, no Município de Itaqui, Comarca de Itaqui, no Rio Grande do Sul, que é a terra de origem da grande família de onde emergiu Dona Pastorinha, a nobre esposa de Tarso Dutra. Eu tive, então, a grata oportunidade de conviver com essa família, Degrazia, dentre cujos membros o Dr. Jorge era o meu companheiro de turma e comigo se formou na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E por estes caminhos de uma transparência afetiva, de um relacionamento fundado em termos de generosidade de relações, eu conheci esse grande homem que foi Tarso Dutra. Como gaúcho e como brasileiro não podia deixar de me congratular com V. Ex^e pela grandeza de sua iniciativa e de adicionar às belas palavras de V. Ex^e a minha humilde expressão de solidariedade, e dizer que vejo na figura do Ministro Tarso Dutra uma força paradigmática, uma força de exemplaridade em relação aos políticos de hoje. Porque nós, como antigamente se fazia, colocamos muito a questão política de um lado e ética de outro, como se houvesse aí um eixo dialético de oposição. Pode ser até, e o é na verdade, sustentável que um comportamento ético, uma ação ética seja essencialmente distinta de uma

ação, de um comportamento político, mas o mais importante não é bem essa distinção, o mais importante é que num País como é o Brasil, País onde a injustiça, a diferença de tratamento, a marginalização de 80, 100 milhões de pessoas, levanta a questão, num País como este a política é, antes de mais nada, a melhor forma de se criar uma oportunidade de ser ético, isto é, de ser gente, de ser humano. E nesse sentido o político Tarso Dutra é um exemplo, é um paradigma porque ele tinha a paciência dos Santos, tinha a elegância dos tolerantes e a inteligência dos pacientes em todas as suas lutas políticas, e disso nós precisamos, sobretudo de tolerância. Este País se confunda em pequeninos conflitos políticos por absoluta falta de tolerância, quando a tolerância deveria ser a nossa característica. E como Pope ensinou, magnificamente: "Só não se deve ser intolerante com os intolerantes para não consagrarmos a intolerância". Costaria, então, neste momento, com estas breves palavras, de trazer este caráter paradigmático e exemplar do Ministro Tarso Dutra em relação à política de hoje, tão difícil, tão estremecida, tão violentada porque me parece que esta é uma forma de homenagear as pessoas, salientando, fazendo sobressair a essência da personalidade que se transformou em comportamento político, em ação política e em obra política. Ali, no que ele fez, no que ele ensinou, está palpável a sua presença, vívida presença, a presença de um homem digno e de um político exemplar. Muito obrigado.

O SR. JOÃO MENEZES — Eminente Senador José Paulo Bisol, V. Ex^a traz, também, lá dos Pampas, lá da terra gaúcha, o seu testemunho e um testemunho para mim muito interessante, porque V. Ex^a teve a oportunidade de ter contactos com Dona Pastorinha e com a família Degrazia. E vem agora, e acrescenta aos Anais dos nossos trabalhos no Congresso esta figura, este retrato, esta cópia do que foi a vida de Tarso Dutra: o homem sereno, valente e capaz de todas as ações para trazer uma paz social. Muito obrigado a V. Ex^a.

Mas, Srs. Senadores, continuando o nosso pronunciamento, quando procuramos traçar as diretrizes em que se modelava Tarso Dutra, quero dizer que daí ele ter vencido e ter feito uma modelar administração, sendo sempre um permanente defensor do voto distrital e iniciador do decantado Mobral, como já se referiu o eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho.

Seu projeto que vai modernizar o ensino era simples, porém muito proveitoso para o Brasil. O que pretendia o Ministro? Descentralizar as decisões do Ministério na área administrativa, aumentar as vagas nas escolas de modo a que, neste ramo de ensino, todos os alunos aprovados nos vestibulares conseguissem matrículas, acabando com os excedentes. Era seu propósito aumentar as vagas no ensino técnico. E esta era uma parte essencial na sua carreira política, na sua carreira de Ministro, porque lá no âmago da nossa questão, que era a criação das escolas técnicas, que é o de que mais precisamos. Precisamos do técnico em todas as variedades do trabalho. E ele tinha acuidade mental, a acuidade do homem público para colocar na frente do seu programa, como um dos caminhos principais, a procura das escolas técnicas criando, para isto,

novas escolas, para proporcionar tal ensino, tão necessário ao País.

Sabia Tarso Dutra que além de escolas necessitava, também, de formar professores para ministração desse ensino, a fim de instalar metas, a fim de instalar novas escolas provindas de professorado especializado e capaz. Veja V. Ex^a, ele tinha a preocupação do detalhe, da coisa existencial, da coisa simples; o que é aí a coisa simples? É a professora, é o professor, é o técnico, aquele que pode dirigir as escolas. Ele tinha essa preocupação na sua trajetória, e isso serviu de bússola em quase toda a sua atividade no Ministério da Educação e Cultura.

Ao lado dessas metas tinha outras mais ambiciosas: aumentar o número de escolas, instalando-as no interior do País, de modo que as comunidades interioranas tivessem suas universidades e escolas, evitando que os alunos fossem obrigados a se deslocarem para os grandes centros, como só ia acontecer no reino, quando os brasileiros se deslocavam para Portugal, a fim de estudarem ou no Império ou no começo da República, para Salvador, São Paulo e Rio. Almejava que nas cidades do interior do País fossem instaladas escolas técnicas ou não, e mais universidades para proporcionar o ensino qualificado nas várias localidades. Seu plano de administração, sem dúvida, ambicioso, pois era o seu intento, senão acabar com o analfabetismo, pelo menos diminuí-lo. É pela palavra do próprio Tarso que vamos conhecer se suas metas foram cumpridas. Ouçam-nos. Enquanto o sistema de ensino superior cresceu 142% entre faculdades de medicina, engenharia, filosofia, agronomia e economia, mais de 120 escolas foram instaladas; as matrículas nos cursos superiores, que em 1964 somavam 142.367, chegaram, ao fim do primeiro ano de sua administração no Ministério, a 278.299, não havendo mais a lamentável fila de excedentes.

"De acordo com o que planejei, quando procurei dessas escolas, localizadas no interior, feita a reforma universitária que traçamos — acrescenta o Senador — foi reservado ao magistério um lugar especial, pois foi encadeada na carreira de modo a incentivar novas vocações."

E, com o orgulho do dever cumprido, Tarso adverte que desde o começo de sua vida pública sempre teve o seu pensamento voltado para a Educação. Diz ele: "O fato mais importante do desenvolvimento do Brasil — acrescenta — é a preparação de elites dirigentes, sem diversificar as formações, sem a criação de escolas e instituições educacionais de base, de 1º e 2º graus, sem escolas superiores em número suficientes para atender toda a demanda da juventude, nada se pode esperar do Brasil, senão a condição de Nação pobre, sem recurso, dependente, impossibilitada de crescer. Incapaz de desenvolver-se de uma maneira segura, rápida e definitiva."

E assim foi a vida do político que se fez notável educador. Tão notável que por, vinte vezes, lhe foi conferida a látorea de professor **honoris causa**, por quase todas as universidades brasileiras, honraria que lhe foi concedida desde a Universidade de Manaus, Amazonas, até à de Santa Maria, lá no seu Rio Grande do Sul.

Em 1987 já se achava doente e no exercício do seu mandato de Senador da República. Toda-

via, um dos traços insuperáveis de sua personalidade foi a pertinácia e, também, a determinação, não descuidando do tratamento. E, em busca da saúde, bate a todas as portas, nas quais pensava encontrar tratamento e cura para os seus males. A doença, entretanto, prossegue. E às 22 horas do dia 5 de maio de 1983, no Instituto de Cardiologia de Porto Alegre, morre Tarso Dutra, deixando um vácuo imenso na nossa vida pública e cobrindo de luto o País.

Morreu lutando sem lhe poder valer a ciência dos médicos; seus cuidados, que foram muitos, o amor de sua família e o desejo e a esperança de todos que com ele conviveram.

Tarso Dutra cumpriu a lei divina: nasceu, viveu e morreu. Agora só resta a saudade e o seu exemplar comportamento de homem público.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. João Menezes o Sr. Lourival Baptista deixa a cadeira de presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Humberto Lucena, Srs. Ministros Paulo Brossard, Alberto Hoffmann, Lauro Leitão e Adhemar Ghisi, Sr. Senador Octávio Cardoso, Dr. Paulo de Tarso Dutra Filho, Dr. Oswaldo Flávio Degrazia e Srs. Senadores:

A oração do nobre Senador João Menezes, com os apartes que o enriqueceram, certamente, tornou dispensável a leitura destas desataviadas reflexões. Mas ao chamamento da Presidência acolho e acudo para ler o que escrevi sobre Tarso Dutra.

O Senado resgata, hoje, em nome da Nação, uma dívida contraída com a memória de Tarso Dutra. Um político profissional, galardão de que por igual se vangloriava Octávio Mangabeira.

Ainda bem que o faz, e a circunstância de mear em cinco anos de sua morte dá significado especial a esta homenagem. É que o tempo, apesar do tropel dos acontecimentos políticos, não fez esquecido quem tanto deu de si durante os décennios todos, e foram mais de cinco, que dedicou à vida pública.

Creio mesmo que o presumido atraso empresta maior significação a este ato. Aqui estão muitos que com ele conviveram nestas e nas Bancadas da Câmara dos Deputados. Mas a esses se juntam os que chegaram depois, ou dele se desencontraram na sucessão das Legislaturas. Aqueles que não tiveram o favor de sua amizade, que não acompanharam os altos e baixos de uma carreira, que cedo se iniciou no Ginásio Santa Maria, acompanhando, ainda de calças curtas, a notícia das rumorosas atividades revolucionárias do tio Walsumiro.

A política era seu destino, e Tarso a cumpriu até à hora derradeira. Extinto o Partido Republicano Liberal, pelo golpe de 1937, surgiu, promulgada a Constituição de 1946, e depois da Vereança em Iraí, a oportunidade para que Paulo de Tarso Moraes Dutra, abrigado sob a legenda do Partido Social Democrático, começasse a subir, na Assembleia Legislativa do Estado, os degraus

que o levariam em cinco mandatos sucessivos, à Câmara dos Deputados, e, por duas vezes, a esta Casa.

José Joaquim Seabra referia-se à política como a *megera, a mulher de mau gênio, cruel, que, tal como as serpentes, somente larga as suas vítimas no instante derradeiro*.

Todos conhecemos a força que representa essa controvérita atividade; razão tinha Amado Nervo, ao afirmar que "é mais fácil encontrar uma mulher resignada a envelhecer do que um político resignado a se retirar da cena". De seus enleios e reveses não se livram os vencedores para não abandonar os companheiros de luta, e não renunciam os vencidos, porque os alimenta a ânsia do retorno.

Se o eleitorado sul-rio-grandense jamais faltou a Tarso Dutra, nas muitas vezes que se submeteu ao seu julgamento, certo é que, durante 69 anos de vida, por várias vezes sonhou e por várias vezes amargou o desencanto de ver frustrada sua candidatura ao Governo do Estado. Por quê? Creio que esta é a hora de indagar e a hora de discutir. Qual o motivo? Dou minha versão, e, como toda versão, é possível que não se case com o fato. Mas porque nela acredito, valho-me do conselho do Padre Vieira, quando ensinava que "o pregador há de pregar o seu e não o alheio".

Instalada A Legislatura de 1963, o Líder Martins Rodrigues avisou-me que o PSD iria reconduzir-me à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Tão raras as oportunidades que a atividade legislativa conta para premiar aos que dela participam, que desde meu ingresso na Câmara dos Deputados tenho passado pelos cargos, os poucos que ocupei, abrindo ensejo a que outros os exerçam.

Naquele encontro, surgiu a candidatura de Tarso Dutra, recrutado entre os mais antigos membros do órgão.

Em 1964, chegou à Comissão a mensagem presidencial de intervenção em Goiás, governado por esse outrora inveterado subversivo, hoje nosso prezado colega Mauro Borges, abrigado sob a tranquila legenda do PDC.

Tarso designou-me Relator da rumorosa iniciativa, em que o Governo todo-poderoso punha o maior empenho.

Estava em casa redigindo o parecer contrário à medida, quando Tarso me chamou ao telefone. A Comissão, reunida, reclamava minha presença. Isso explica que meu trabalho tivesse uma parte escrita e outra oral, num diálogo nem sempre ameno com o então Líder do Planalto.

Rejeitada a medida por expressiva maioria de votos, subiu ao plenário. O Governo preparara-se para a luta, dividindo a bancada do então poderoso, forte, harmônico PSD. Em 1964, o pedido foi afinal aprovado e o parecer rejeitado, graças à arregimentação de Peracchi Barcelos. Em meados de 1966, uma Assembléia Legislativa, mutillada por sucessivas cassações, tantas quantas necessárias para derrotar a candidatura *emedebista* do professor Ruy Cirne Lima, acabou elegendo Governador justo o outro, e que voltava a derrotar Tarso Dutra, agora na Convenção Regional. E para evitar surpresa, um Ato Complementar de 16 de julho tornara obrigatória a fidelidade partidária.

Já naquele tempo, era dando que se recebia e não erraria — penso — alto quem visse no sacrifício de Tarso Dutra a punição que marca, hoje, os correligionários quatroanistas.

É certo que na Presidência Costa e Silva coube a Tarso Dutra ocupar o Ministério da Educação e Cultura, em época de tormentosa vida estudantil e universitária.

Era alguma coisa, era, talvez, muita coisa, mas não era seu sonho. Outras vezes tentou o Palácio Piratini, sem sucesso. Em 1970 preterido por Euclides Triches; quatro anos depois, a palma coube a Sinal Guazzelli e, por fim, em 1978, o escolhido foi Amaral de Sousa.

É possível que tudo tenha sido uma coincidência, uma dura coincidência para quem, como todo homem público, sonhou governar seu Estado.

O bravo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça não teria perdido, desde a insubmissão de 1964, a honra de dirigir o Estado a que tanto procurou servir? Levanto a hipótese passível de contestações, que é com enfoques diversos, aliás, que se escreve a história dos homens e dos povos.

De todo os contratempos os desenganos, de todas as frustrações que marcam a vida dos homens públicos, no decorrer dos tempos, abre — ah! Deus misericordioso — bendições que tudo superam, iluminam e consolam. A Tarso Dutra nunca faltou a solidariedade do fiel eleitorado sul-rio-grandense e, principalmente, sua vida, toda ela, foi um romance de amor com D. Pastorinha, graça e estímulo nas horas amargas, companheira leal e devotada nos dias felizes. E aproxima minha mão da mão firme e brava da companheira exemplar e, juntos, rezarmos, uma a uma, as contas do mesmo rosário pela alma de Tarso Dutra.

O Sr. Leite Chaves — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Leite Chaves — Assisti ao último discurso do Senador Tarso Dutra nesta Casa. Foi um trabalho elaborado sobre a guerra do Vietnã. Inicialmente, supus que o móvel do seu discurso fosse uma manifestação de solidariedade ao país do Norte, que ele, realmente, admirava. Mas, no fundo, o discurso colimava revelar o seu pânico, o seu assombro em relação à mortandade naquele país do Extremo Oriente asiático. Depois, a longa agonia do Senador, o silêncio, as viagens aos Estados Unidos e a volta. E parece que era afetado exatamente naquele órgão que nos torna úteis nesta Casa: a garganta, a própria voz. Ele integrava a Bancada do Rio Grande do Sul, ao lado dos Senadores Daniel Krieger e Paulo Brossard — os dois, pelo Partido do Governo, e Brossard, pela Oposição. Presente e silente a este Plenário, já nesse final, nessa agonia, mas notava haver em torno do novo Senador um grande respeito daqueles que o acompanhavam na vida pública e que, como V. Exa., vinham desde a Câmara dos Deputados.

Faço um apelo ao Presidente da Casa, para que faça chegar às mãos da família esse último livro que o Senado publicou com a resenha bibliográfica de todos os Senadores, desde 1826, quando se iniciou, quando houve a atividade senatorial no País, até o presente ano. Não sei se esse livro

já chegou às mãos da família, mas acho que seria um instante para que lembressem permanentemente os momentos que ele, aqui, conosco conviveu. O livro, em cinco volumes, denomina-se "Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros — 1826 a 1986".

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço a V. Exa. o oportuno aparte. Acredito que trouxe apenas um debate, um debate que deve ser aberto sobre a vida i — 'que grande homem que foi Tarso Dutra. (Muitos apêndices! Palmas.)

O SR. PRÉSIDENTE (Humberto Lucena) — Em meu nome pessoal e no dos demais membros da Mesa Diretora do Senado, associo-me à homenagem que o Plenário acaba de prestar à memória do inesquecível ex-Senador Tarso Dutra, por iniciativa do Senador João Menezes.

Os oradores que desfilaram na tribuna traçaram o perfil do ilustre Parlamentar desaparecido, o ex-Senador Tarso Dutra. Como bem acentuou o Senador Nelson Carneiro, nas suas palavras, o Senado hoje, com esse preito de saudade, resgata uma dívida para com a memória de um eminentíssimo homem público.

Secretário de Estado no Rio Grande do Sul, Deputado à Assembléia Legislativa do seu Estado, Deputado Federal, por cinco Legislaturas, Senador eleito e reeleito, Tarso Dutra foi incluído entre aqueles que mais se destacaram no cenário político nacional. Homem simples, afável, cordial, tolerante, leal, digno e competente, Tarso Dutra, com o seu exemplo, contribuirá para que outras personalidades, iguais a ele, possam aparecer no Brasil, pois tenho certeza de que as novas gerações, ao se debruçarem sobre o exame de sua vida pública, hão de descobrir nele um caminho seguro para os que têm vocação inata para a política.

Registro a presença e agradeço aos Srs. Ministros, Deputados, familiares do ex-Senador Tarso Dutra.

Suspendo a sessão por cinco minutos, para que os Srs. Senadores possam cumprimentar os familiares do ex-Senador Tarso Dutra.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 12 horas e 08 minutos, a sessão é reaberta às 12 horas e 12 minutos.)

O Sr. Francisco Rollemberg assume a cadeira da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Permitam-me, antes de começar o discurso propriamente dito, para o qual me inscrevi, que é uma homenagem ao Centenário da Lei Áurea, que teça alguns comentários sobre a reunião da qual surgiu o documento citado como Modernização e Ajustamento — 88/89, que nada mais é do que um elenco de intenções que servirá de roteiro para as negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a reunião ocorrida ontem, no Palácio da Alvorada, do Presidente da República com alguns Ministros de Estado e os Governadores, constituiu-se num desrespeito

à Assembléia Nacional Constituinte, quando foi anunciado mais um Plano Econômico (oitavo), dessa vez com duração de dois anos, como se a Constituinte já houvesse se manifestado a respeito do mandato do Presidente José Sarney. O palco da reunião foi completo, com a presença do desacreditado Presidente da República, alguns Ministros coadjuvantes da encenação e vinte e um Srs. Governadores, que, com raras exceções, se prestaram ao papel de massa de manobra.

Apesar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, da ausência já reclamada do "Sr. FMI", na pessoa do Sr. Thomas Reichmann. Por oportuno, quero, neste momento me solidarizar com o Governador de meu Estado, Dr. Waldir Pires, que acertadamente não compareceu à reunião e, através de contundente nota pública, se recusou a apoiar uma política econômica pautada na perda do poder de compra dos salários e numa criminosa recessão das atividades produtivas, principalmente nos Estados nordestinos. Para a solução dos graves problemas que o País atravessa, somente reestudando-se os gastos com os serviços da dívida externa e realizando-se eleições presidenciais em 1988, para que se dê, Sr. Presidente, fim a esta tão demorada transição com um novo Governo dotado de legitimidade.

O Sr. João Menezes — Permita-me um aparte?

O SR. RUY BARCELAR — Com muita honra, ouço V. Ex^a

O Sr. João Menezes — Prezado Colega; não vejo o porquê da ausência do eminente Governador Waldir Pires. O comparecimento fui quase total, de todos os governadores. O Governador Waldir Pires, por quem tenho a melhor afeição, deveria ter comparecido para dar as suas luzes. O assunto era discutir. É muito fácil reclamar e não dar uma idéia. Era muito mais interessante que ele comparecesse à reunião e trouxesse a sua idéia, o seu pensamento. A reunião, lá no Palácio do Presidente, com os governadores, nada tem a ver com a Assembléia Nacional Constituinte — não tem nada uma coisa com a outra, eminente Senador. São coisas complementares diferentes, sem nenhum contato. Seria o cúmulo que, por causa de uma soberania que se fala na Assembléia Nacional Constituinte, ninguém mais pudesse reunir, falar, discutir qualquer assunto. Um homem da inteligência de V. Ex^a não pode se apegar a isso, não pode se apegar a esses detalhes, que nada valem. V. Ex^a sempre se refere ao Presidente da República com raiva. Não faça isto, eminente Senador. Não se faz política com raiva. Imagine-se V. Ex^a se aqui também se dissesse que V. Ex^a está desacreditado como Senador. Não seria, também, uma coisa horrível ficarmos neste debate? Então, faço um apelo a V. Ex^a, que representa um grande Estado, que teve uma grande votação no seu Estado, tem uma representação popular das mais brilhantes, e como seu amigo, creio que posso fazer um apelo, para que mudasse esse seu tom odioso...

O SR. RUY BARCELAR — V. Ex^a tem dúvidas de que o Presidente da República esteja desacreditado pela população brasileira? V. Ex^a tem alguma dúvida a respeito?

O Sr. João Menezes — Não tenho dúvidas. Tenho certeza de que está acreditado. É muito

diferente de V. Ex^a. Então, precisamos acabar com isso. Está parecendo briga de menino: "Você é feio. Você é bonito". Não, eminente Senador! Vamos acabar com isso. V. Ex^a, como Senador, não pode ter ódio ao Chefe da República. V. Ex^a não pode, todas as vezes que usa da palavra, manifestar-se de maneira acre. Por que, Senador? Não pode. Confio que V. Ex^a refletiu um pouco, e pela amizade que nos liga é que tomo a liberdade de lhe dar este aparte. E aproveito para renovar o meu protesto e o meu apelo no sentido de que encaminhe as discussões noutro rumo, que tome outro sentido, para que não esteja lutando em torno de coisas que refletem apenas o ódio, a desavença, não dando nenhum resultado prático. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. RUY BARCELAR — Nobre Senador João Menezes, o aparte de V. Ex^a é completamente desconexo, não tem conexão alguma com a realidade nacional. Quando falo em desrespeito à Assembléia Nacional Constituinte, é porque o Senhor Presidente da República realiza uma reunião e, como se a Assembléia não existisse ou como se não estivesse em pauta a questão do seu mandato, Sua Excelência anuncia à Nação um plano com durabilidade de dois anos, como se Presidente continuasse a ser durante esse período. Com essa reunião, Sua Excelência fere a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Além disto, não há ódio nas minhas palavras. Falo em Presidente desacreditado, porque a Nação assim considera, ou a sua grande maioria. É um Presidente sem legitimidade.

O Sr. João Menezes — Ai está o erro, eminente Senador.

O SR. RUY BARCELAR — E legitimidade só se consegue através de eleição, através de voto.

O Sr. João Menezes — Não faça isto, Senador. Não fique neste campo, porque isto não leva a coisa alguma.

O SR. RUY BARCELAR — E o Presidente da República não tem isto. Foi um capricho do destino que o fez Presidente da República.

O Sr. João Menezes — Vamos conversar, vamos discutir no interesse da Pátria.

O SR. RUY BARCELAR — Daí, Sr. Presidente, a nota que li, com alguns comentários sobre a reunião. No meu modo de pensar é o que 80% da Nação brasileira pensa e sobre o que desejava aqui pronunciar-se.

Voltando ao tema principal do meu pronunciamento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, há cem anos era sancionada a Lei Áurea, que extinguia a escravidão no Brasil. Quando falamos de abolição da escravatura no Brasil, buscamos sempre duas vertentes. Na primeira, damos um sentido afirmativo, não ad ato em si, mas à luta desencadeada por gerações e diversos segmentos sociais, visando à extinção do abominável cativeiro no País. E essa luta não pode ser esquecida, pois escravidão é escravidão, sejam lá quais sejam as peculiaridades que venham a assumir. Por outro lado, temos a vertente negativa, que denota justamente a ausência do negro como cidadão de fato e de direito na realidade brasileira. Assim, sob este ângulo, justifica-se plenamente a reação não festiva dos movimentos negros à comemoração do 13 de Maio.

No Brasil, por mais de três séculos, o negro seria o sustentáculo da nossa economia. Com genocídio predeterminado das sociedades indígenas, o escravo negro esteve presente, com maior ou menor participação, em todos os setores da nossa economia. Além disso, foi sempre expressiva a sua participação na composição da população, chegando, em algumas áreas, a constituir-se no seu segmento majoritário.

Entretanto, as elites brasileiras, auto-identificadas como brancas, no momento em que nossa sociedade passava por transformações profundas, de uma economia escravista para outra de tipo capitalista, de uma organização monárquica para uma republicana, não pensou no negro, isto é, na maioria trabalhadora do País. Os segmentos conservadores pensavam na propriedade senhorial e nas indenizações; os progressistas, nas áreas em desenvolvimento, buscavam resolver o problema de preenchimento dos postos de trabalho, incentivando a imigração europeia.

Isto significou para o negro a impossibilidade de integrar-se de forma adequada e competitiva na sociedade de classes que se instaurava no País. Enfim, mesmo como trabalhador livre, nada, absolutamente nada, foi feito para propiciar de maneira positiva a sua inserção na estrutura produtiva. Relegado foi, no mercado de trabalho, à atividade braçal, sem especialização, sem remuneração justa e digna. Por sua vez, termos que lembrar esse passado tão próximo. Toda a ideologia racial brasileira, por séculos, com pequenas variações, identificava o negro como "objeto" e, no máximo, indivíduo de segunda categoria, sem direitos e garantias. Permanecia a chaga aberta; o negro era um ser de qualidade inferior.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a abolição, nenhuma alteração substancial verificou-se, pois, nada foi feito no sentido de produzir valorativamente uma nova interpretação em torno da condição de "ser negro". Manteve-se o caráter estigmatizante da inferioridade do negro e os seus consequentes corolários, tais como "vagabundagem", "insolência", "desorganização familiar", costumes selvagens" e outras pechas. Assim, tanto na ideologia como na prática, a abolição não resolveu o problema do negro, antes o conduziu, por gerações sucessivas, ao empobrecimento e à desqualificação social.

Já o processo de miscigenação secular, com presença de "morenos entre os grupos dominantes, permitiu a criação da "fábula das três raças" e o mito da "democracia racial". O negro era livre, a sociedade era aberta, qualquer membro de qualquer grupo étnico podia ascender. Engodos da dominação. Entre outros fatores, justificava os "morenos" com as suas falsas genealogias e ainda possibilitava aos poucos negros que ascendiam a condição desmoralizante de ter que aceitar os postulados pretensamente positivos de integrar "o mundo dos brancos".

Com a implantação de uma economia tipicamente capitalista, competitiva e avassaladora, majoritária urbanização e grande desenvolvimento industrial, verificaram-se grandes transformações no Brasil, a partir da abolição. Mas, e o negro? O que aconteceu com ele? Nas décadas seguintes, sobretudo a partir de 1930, nos grandes centros urbanos, ele passa a concorrer, a disputar as posições mais baixas com outros contingentes humanos. Enfim, o negro permanece majoritário

nas categorias mais inferiores da estratificação social.

Três afirmações dos "ideólogos da igualdade racial" tentam evitar essa realidade: primeiro, "o negro é um cidadão pobre como outro qualquer, mas um trabalhador", segundo, "a ascensão de indivíduos negros, no plano social e econômico, é inquestionável;" os movimentos negros pregam o **apartheid** às avessas no Brasil".

Sobre o primeiro caso vamos verificar que o que aconteceu foi uma adaptação das antigas formulações da situação étnica às novas formas de controle dos indivíduos e grupos. A visão ainda é a mesma do século passado, com as suas respectivas reelaborações. Integrar ou participar dos grupos dominantes é sobretudo aceitar os postulados pretensamente positivos de integrar o mundo dos brancos. Negro tem que ser artista ou jogador de futebol e "estar no seu lugar". Fora dessas categorias, a ideologia discriminatória, o preconceito, o massacre. Vejamos, por exemplo, o caso de Gilberto Gil agora na Bahia. Evidentemente, outras razões podem ser evocadas, mas a sua negritude é um componente avaliado pelos partidos e eleitores.

Outra opção para o negro ou mulato é esquecer sua condição racil, omitindo-se em relação à sua origem; às suas raízes. Assim, como poderemos dizer que ele é um cidadão como outro qualquer? No mercado de trabalho, tal situação se repete, pois, ao se modificarem as relações de produção, modificam-se as condições de organização da consciência social das pessoas, grupos e classes sociais. Entretanto, se por um lado, há uma aparente igualdade pela ausência de manifestação explícita, assumida discriminação, por outro, os sutis mecanismos de seleção diferenciam completamente os indivíduos. E aí, Sr. Presidente, o negro não concorre, não participa, porque a sua classificação é sempre para baixo, injusta. O melhor indicativo da discriminação do negro no mercado de trabalho é que sempre recorremos a um exemplo de um negro num posto de direção. Sabem por quê? Porque ele é tão raro, que jamais nos esquecemos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em relação à ascensão individual dos negros, temos que considerar a sua evidência. Há negros em postos de direção, ricos, na classe média, etc. Tudo isso é inquestionável, porém, quantos deles representam a massa negra? Obviamente uma minoria insignificante, quase invisível, pois a grande maioria permanece na pobreza, na periferia da vida social. Deveremos ressaltar que a ascensão agora pode não significar tão ostensivamente, como o foi no passado, a integração, a perda da identidade no mundo dos brancos. Pode significar, isto sim, a consciência crítica sobre a realidade que o cerca, a discriminação debatida e rejeitada, a assunção de sua identidade étnica. Enfim, o negro não quer mais a cozinha e denuncia, reage à discriminação e à opressão. Por isto, Sr. Presidente, os movimentos negros incomodam tanto.

Nenhum movimento negro pensa em sociedade à parte, em gueto étnico. Muito pelo contrário, sua perspectiva é sempre libertária e igualitária. Na realidade, com radicalismo ou não, o que os negros querem é um lugar na sociedade brasileira como qualquer outro grupo ou cidadão. Sem eles, sem a sua luta, que tem raízes nos

quilombos, teríamos apenas um feriado no dia 13 de maio, porque, logo depois todos se esqueceriam do problema. Mas eles são a nossa "consciência infeliz" a desmascarar a questão racial.

Entretanto, Sr. Presidente, uma questão se afigura como básica: o que fazer?

Quando tratamos das sociedades indígenas, temos uma certeza e sabemos que, diretamente, muito podemos fazer, pois a sua preservação está intrinsecamente vinculada à questão da terra. Mas, o negro? A sua questão não é tão tangível, nem exequível de forma tão direta e concreta, uma vez que necessitam de moradia, saúde, educação e trabalho e esses são problemas, no mínimo, de 80 por cento da população brasileira, seja negro, branco, amarelo, nordestino, sulista ou qualquer outra categoria.

É óbvio, portanto, que a lamentável condição social do negro brasileiro somente poderá se modificar no curso de um Brasil melhor, na rota do seu processo geral de desenvolvimento social e econômico. Entretanto, sem uma deliberada intervenção do poder público, sem demagogia e falsas concessões, somente num indefinido e longo prazo, poderemos promover a real abolição da escravidão do negro.

Sr. Presidente, não pensamos em medidas como escolas especiais para negros, nem equipamentos específicos ou a criação de elites negras. Isto abriria ainda mais o fosso existente entre os negros e os dominantes, auto-identificados como brancos. Por sua vez, as elites negras, ampliadas — pois já existem — serão o resultado da própria dinâmica de desenvolvimento da sociedade e da sua inserção na economia.

O que precisamos, de forma deliberada e contínua, é criar uma nova *imagem social* do negro no Brasil. Florestan Fernandes, nosso brilhante colega e Constituinte, já nos disse que "o brasileiro tem o preconceito de não ter preconceito". Assim, na ideologia básica do brasileiro, o negro não é visto explicitamente como inferior, mas como integrante de um grupo cujos membros já foram escravos, são ignorantes, pobres, sem escola, sem saúde e feras porque não se enquadram no padrão de beleza ocidental.

Em vários planos, poderia o poder público iniciar o processo de resgate de uma condição social positiva para o negro. Temos a consciência do papel permanente das informações na orientação e controle sobre as práticas sociais, concedendo aos meios de comunicação, com seu poder simbólico, uma força política dificilmente ultrapassada. As novelas mudam falares e comportamentos; personagens de organizações clandestinas tornam-se ídolos nacionais. Tudo isto denota o poder dos meios de comunicação.

E quem os controla, quem os concede e quem os censura? O Governo, é lógico! Desta forma, o que proponho, se seriedade houver no atual Governo, é a criação de um Programa de Relações Interculturais, com o objetivo de promover a *imagem social* do negro na área das comunicações. Este programa seria elaborado por especialistas e teria a duração de quantos anos fossem necessários. Não demagógico, episódico ou folclórico, o programa não se restringiria a momentos da História ou a aspectos exóticos da vida do negro. Buscar-se-ia a afirmação da validade do ser negro, da sua cultura histórica e atual, da afirmação do

seu padrão estético e da sua condição de cidadão no Brasil de hoje.

O Sr. Mário Maia — Permite um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Tem o aparte V. Ex^a, Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — V. Ex^a faz um estudo profundo da sociologia do negro na História brasileira e coloca, com muita propriedade, a influência e a discriminação que esses construtores de nossa nacionalidade sofrem até hoje. Ao referir-se a 13 de maio, V. Ex^a coloca com muita precisão que realmente foi apenas uma atitude emocional dos brancos para com a raça negra, construtora e um dos elos mais importantes da construção da nossa étnia. Em verdade, quando a Lei Áurea foi proclamada, disseram que estava abolida a escravatura, mas não houve um plano preconcebido ou estudado, uma planificação, dentro da prática, para se colocar dentro do contexto social toda essa massa de escravos que estava sendo liberta. Aí começou, talvez, o grande problema agrário no Brasil. Antes de se proclamar a abolição da escravatura, tinha que ter havido um planejamento nacional para a distribuição de terras. Onde colocar essa grande massa, essa grande população de brasileiros que veio da África e outros que já eram brasileiros, nascidos aqui? O erro fundamental, que persiste até hoje, foi não dar prosseguimento à Abolição da Escravatura com objetividade, colocando realmente o negro não mais como um objeto da História, mas como um sujeito efetivo da História, passando a decidir através dos seus bens, através da propriedade que ele passaria a adquirir com o seu trabalho. Insiro esta observação no seu discurso, agradecendo a atenção de V. Ex^a, que aceita esta pálida contribuição, neste momento em que se comemora os cem anos da Abolição da Escravatura. Espero que daqui para adiante haja uma consciência nacional de integração dos homens, que não se diferenciem pela cor da pele, mas que comunguem pelos valores morais da alma e do espírito.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço a V. Ex^a o honroso aparte, que engrandece, sobremodo, o meu pronunciamento.

V. Ex^a diz muito bem que a Lei Áurea, quando sancionada pela Princesa Isabel, foi um ato de direito já conseguido pelos nossos irmãos negros, porque liberdade não se dá, não se doa, consegue-se, e eles conseguiram lutando, não permitindo que aquele estado que envergonhava o nosso País continuasse por mais tempo. E antes de 13 de maio de 1888 vários movimentos se processaram neste País. Entre eles, lá no Estado de Alagoas, na República dos Palmares, onde aquele grande líder que honrou a raça negra, Zumbi, criou, inclusive, um verdadeiro socialismo, naquele recanto do Brasil.

E há, em verdade, grande injustiça. Houve a Abolição da Escravidão, entretanto, o negro continuou sendo objeto, continuou e continua sendo ainda o brasileiro de segunda classe, em parte devido aos desmandos ou à orientação sem descontino de nossos governantes, porque não integraram o negro ao processo de desenvolvimento do País. Fizeram o seguinte: na época em que o negro precisava mais de ajuda para se integrar à sociedade capitalista da época, iniciaram a imi-

gração de braços europeus. Por isso, incluo com muita satisfação o aparte de V. Ex"

Dando continuidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no mesmo plano situaríamos as medidas no âmbito educacional, sobretudo nos livros didáticos, nos currículos escolares e na formação pedagógica. Precisamos superar a falácia das três raças, mantida até hoje nos livros didáticos, afastar a uniformidade das culturas africanas, dar a conhecer, enfim, a nossos filhos, um perfil da história, onde não apenas o europeu tenha sido criador de culturas e civilizações. E, para isto, precisamos mudar a mentalidade de nossos educadores, sobretudo daqueles que trabalham com a História, com o social e com o cultural.

Sr. Presidente, temos a consciência de que estas medidas não solucionarão o problema do negro no Brasil, mas para um país omisso que só fez transformar o negro em objeto "folclórico" (no sentido não científico da palavra) ou fonte de manipulação com fins políticos, o programa constituiria um passo importante na integração do negro na vida nacional. Este seria um dos caminhos para reduzir o enorme fosso que separa negros e os auto-identificados como brancos no Brasil.

A luta e a organização dos negros vão prosseguir e, seguramente, sem medidas efetivas do Governo brasileiro, será mais um "barrel de pólvora" nesta sociedade de tanta riqueza e tanta pobreza, de tanta pretensão igualitária e tanta discriminação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Convenção regional do PMDB de Rondônia, realizada dia 9 de maio corrente, em Porto Velho, constituiu-se na verdadeira imagem do caos a que chegou o Partido no meu Estado. Basta dizer que o que mais repercutiu, no âmbito da Convenção e fora dela, não foi a eleição do Senador Ronaldo Aragão para a presidência do Diretório, nem a saída do Senador Olavo Pires do Partido. O fato mais importante da convenção foi o discurso do Deputado federal José Guedes, denunciando os erros e desvios do PMDB e dando um **ultimatum** a Jerônimo Santana sobre a questão do afastamento dos "importados" na equipe do governo.

José Guedes exige a demissão de Erasmo Garanhão, Secretário da Fazenda; assim como de Wilson Tibúrcio Nogueira, Secretário de Planejamento; Erasto Vila Verde, Procurador-Geral do Estado e dos diretores da CAERD e do CERON. Usando a tática do "ou eles ou eu", o Deputado, que é candidato a candidato à Prefeitura Municipal de Porto Velho, indaga de Jerônimo Santana quem é mais importante para seu Governo e para o PMDB, se ele, José Guedes, ou se os ditos "importados".

Numa alusão direta à inércia e à insensibilidade de Jerônimo Santana, conclama o governador e o PMDB a assumir de vez o governo do Estado. "Não podemos mais calar", disse ele, "enquanto pessoas, trazidas ninguém sabe por quais crité-

rios, tripudiam sobre nós, enquanto Jerônimo não demonstra perceber o que está acontecendo".

Atacando frontalmente as demissões em massa de servidores públicos, José Guedes declarou não mais reconhecer o PMDB das campanhas, nem o dos discursos de Jerônimo Santana quando Deputado Federal. Disse, ainda, que não tem mais coragem, como candidato à Prefeitura, de pedir votos para o PMDB e que companheiros seus (não sei se de Partido) condicionaram o apoio à sua candidatura ao seu afastamento da legenda peemedebista.

Confessando que os milhares de pais de família que Jerônimo Santana demitiu dos quadros do serviço público estadual são "gente humilde, que trabalhou em nossa (deles) campanha", José Guedes diz que só permanecerá no PMDB "se realmente as coisas mudarem". Caso contrário, mudará ele mesmo de partido, "porque hoje valem os homens e não a sigla".

O Senador Olavo Pires, igualmente, calcou na denúncia o seu discurso de despedida do PMDB. "Não sou eu quem está saindo do partido, mas é o PMDB quem está me abandonando há muito tempo" — disse ele.

Assim como o Deputado José Guedes, o Senador Olavo Pires critica a equipe de Governo de Jerônimo Santana, cujos membros classifica como "estrangeiros indesejáveis", ao mesmo tempo em que se refere à existência de "um ninho de corruptos" no referido Governo.

A propósito da política de demissões, o Senador Olavo Pires não considera o Secretário de Administração Antônio Morimoto como único culpado pela mesma, vendo antes Jerônimo Santana como o mentor do que chama "um clima de terrorismo" implantado no seio do funcionalismo público estadual, em que os servidores não sabem mais se, nem até quando, manterão seus empregos. "Nenhuma empresa ou qualquer empregador", declarou o Senador Olavo Pires, "mesmo o Governo, pode ir para a frente sem que haja apoio dos funcionários".

Finalmente, o Senador Olavo Pires acusou Jerônimo Santana de tentar governar sozinho, à margem dos representantes rondonienses na Câmara e no Senado: "temos que fazer alguma coisa", disse ele. "Tomar posição contra esta campanha que tomou conta da administração pública. O próprio governador parece não saber a importância de um deputado federal ou de um senador em Brasília. Cada ministro tem um dossiê sobre a situação política de Rondônia e quando o Governador vai buscar recursos pode esbarrar, justamente, nas informações e, com isso, os recursos terem dificuldades em vir para nós, tudo por causa do distanciamento que o Governador impôs à bancada federal".

E Jerônimo Santana, como reagiu a tudo isso? Disse que não vai destituir ninguém e que o PMDB tem que ser "autêntico". Disse que, em nome dessa "autenticidade", manteria sua equipe de governo, atribuindo as críticas ao Secretário da Fazenda, Erasmo Garanhão, à insatisfação de quem não se conforma em ser fiscalizado, dos que não aceitam a perda do "paraiso dos sonegadores" (sic), que ele diz que era Rondônia antes que assumisse. Jerônimo Santana, entretanto, não soube contestar a denúncia, feita pelo Deputado José Guedes em seu discurso, de que o arrocho fiscal em Rondônia tem sido seletivo, dis-

cionário e que "a fiscalização fazendária, por exemplo, hoje cobra 25 cruzados de impostos por um cacho de banana e deixa sair, livre, de Ariquemes, todo minério retirado pelos garimpeiros".

Quanto à saída do Senador Olavo Pires do PMDB, Jerônimo Santana foi ainda mais lacônico, restringindo-se a criticar a atuação do Senador como Constituinte, para concluir: "Para mim já saiu tarde. O PMDB nada perde com isto, ao contrário, até ganha".

Possso dizer, Srs. Senadores, sem nenhum medo de incorrer em erro, que a convenção do PMDB de Rondônia em 9 de maio foi o "canto do cisne" do Partido em meu Estado, graças principalmente às trapalhadas de Jerônimo Santana, que não sabe unir, não sabe traçar metas, não sabe formular uma diretriz política, não sabe liderar, não sabe governar. O PMDB colhe hoje em Rondônia o que Jerônimo Santana vem plantando desde o seu primeiro dia de Governo: a frustração, o vazio, o nada!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

Alto Madeira

Porto Velho, domingo 8, segunda-feira, 9 de maio de 1988

DEMISSÕES E DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO PODEM IMPLODIR HOJE O PMDB DE RONDÔNIA

Convenção Regional será na Assembléia Legislativa

Além da ameaça de implosão do partido, a Convenção do PMDB para escolha do novo Diretório Regional hoje, a partir das 9 horas, na Assembléia Legislativa, terá outros fatos importantes, como a informação de que até a terceira semana deste mês o Governador Jerônimo Santana deverá autorizar mais 1.500 novas demissões de funcionários estaduais, lista que não foi divulgada anteriormente pelo temor que Santana e outros dirigentes ligados ao governador sentiram de uma reação negativa da parte dos convencionais que poderiam, assim, até propor uma outra chapa alternativa. Mas não só as demissões de servidores deverão entrar hoje na pauta dos que irão à Convenção: lideranças expressivas querem cobrar ao governador explicações convincentes sobre as denúncias de envolvimento de setores diversos do Governo e do próprio partido em corrupção, conforme apontam a oposição e parlamentares do próprio PMDB. A ameaça do Deputado José Guedes de deixar a sigla também deverá ser tema para debates, pois ele é apontado como o único nome que o partido conta efetivamente para disputar, com chances de ganhar, a Prefeitura da Capital. É um grupo de diretórios de interior, que esteve reunido no último domingo está disposto a propor punição para o presidente portovelhense do PMDB e assessor do governador, Paulo Araújo, acusado de haver manobrado para esvaziar a pré-Convenção realizada dia 1º na Câmara Municipal. (Política, página 3 do 1º Caderno.)

DEPUTADOS VÃO À CONVENÇÃO TEMENDO EXPLOSÃO DO PARTIDO

O maior temor dos deputados estaduais do PMDB que hoje participarão da convenção regional do partido é que quando a sessão for encerrada haja uma explosão que dificulte a caminhada em direção as urnas para novembro. "Temos de pensar grande e não nos preocuparmos com questões pessoais", disse o moderado Genival Nunes, que juntamente com mais três outros diretorianos representa Vilhena, município que quer apenas lhe seja concedida uma das vagas para Delegado à Convenção Nacional, já tendo indicado como pretendente o secretário de administração Antonio Morimoto.

O Deputado Pedro Kemper, é contrário à recondução do Senador Ronaldo Aragão à presidência, "porque ele não tem condições já que fica em Brasília enquanto os problemas acontecem aqui e prefiro que esta função seja exercida por alguém de Porto Velho". Kemper não acredita que alguém deixe o partido em função do resultado da convenção regional mas admite que "haja quem esteja pensando em sair e aproveite para justificar com algum resultado que lhe seja negativo".

O pimentense Vicente Hornem, tido como de grande poder de articulação, e ligado ao Governador Jerônimo Santana, diz estar tudo "muito tranquilo". Ele se considera "eleitor do Aragão", mas que ficará com o que for melhor para o partido. Pretendente a uma das vagas no diretório, Vicente diz que a partir de domingo, à tarde, o PMDB vai ficar mais unido".

A Deputada Joseleira Araújo, mais votada dentre os 24 eleitos em 1986 para a ALE, não comparecerá à convenção. Ela vai à localidade de Rondoninas, (Ouro Preto), onde haverá uma comemoração ao Dia das Mães, e entregará 50 diplomas de Corte e Costura para alunas do curso que a Deputada promove, além de instalar um motor de geração de energia. "O Governador disse que não tem nome definido para presidente — ela lembra — por isso não falo do assunto e fico com o que for eleito".

Para votar a favor do Senador Ronaldo Aragão à presidência, o Deputado Reditário Cassol espera apenas a posição que vai assumir o Governador. Cassol não acredita que haja uma quebra do partido, mesmo reconhecendo que "o PMDB atual não é o mesmo de 86 que empolgou o eleitorado, faltando-lhe a mesma força". Pessoalmente, no entanto, Cassol é a favor de um presidente que trabalhe e more em Rondônia.

Já o guajaramirense Rigomero Agra, que vai levar mensagens à convenção, propõe que seja feito um plebiscito entre os filiados ao partido, para escolha dos candidatos às prefeituras — o que, se autorizado pela convenção vai retirar uma enorme força dos diretórios — o partido deverá ser fortalecido pela convenção. Ele admite que Aragão postule a presidência mas afirma não saber se vota no Senador. Sobre um possível pedido de Santana para que seja apoiado um candidato qualquer, Agra diz "respeitar mas não vou aceitar apenas por ter sido o Governador quem esteja pedindo". O Deputado traçou um perfil do candidato ideal para dirigir o PMDB: "Que trabalhe e dê oportunidade aos diretórios interioranos, o que não acontece hoje".

O cristão-novo José do Prado, que sexta-feira, comunicava a cada repórter ter sido indicado vice na chapa de Confúcio Moura para a Prefeitura de Ariquemes, disse que na convenção de hoje vai acompanhar a decisão do líder da bancada, Deputado Manoel Messias, e confirmou que o presidente da ALE, Sidney Guerra, o teria procurado para conseguir apoio em direção à presidência do PMDB:

NA ÚLTIMA VEZ, CONVENÇÃO FOI PARA O 'TAPETÃO'

A última Convenção Regional do PMDB, realizada no início de 1986 acabou no tapetão porque houve recurso contra a eleição para presidente, do Prefeito Jerônimo Santana, o que feria frontalmente a legislação eleitoral vigente. Mas o assunto acabou se arrastando dentro do Judiciário e quando houve uma posição, Santana pôde continuar porque já havia deixado a função executiva municipal e era apenas o candidato do partido do Governo.

Mas houve fatos que marcaram a convenção: pela primeira vez em mais de 15 anos o "caciquismo" exercido por Santana esbarra numa oposição com bases mais sólidas dentro do partido, à frente o deputado Tomás Correia, vice-prefeito da capital.

Na realidade a convenção do PMDB foi uma sequência de ações diferentes, a reunião de abertura iniciou na Assembléia Legislativa onde houve acusações de que a Mesa estaria sendo manipulada pelo então Deputado Federal Orestes Muniz.

Confusão formada, a eleição da Executiva ficou para a segunda-feira seguinte, no Carmela Dutra, onde o Prefeito Jerônimo Santana foi vaiado seguidamente, mas acabou impondo a chapa de sua preferência, mesmo tendo de abrir espaço para o grupo de Tomás que conseguiu àquela altura 21% dos convencionais e negociou para ficar com a 1ª vice-presidência, que coube ao Senador Ronaldo Aragão.

Para muitos membros do partido, Aragão acabou perdendo boas oportunidades de se impor e até preparar o terreno para uma possível candidatura ao Governo em 1990. Há muitos boatos sobre esta passividade do Senador e a demissão da professora Denise e Paulo, pelo Governador, da Seduc, acabou em várias histórias, uma delas de que a saída de Denise estava acertada entre Aragão e Santana dois meses antes de acontecer.

E foi justamente esta passividade, aliado ao fato de nunca haver reunido o partido, que fez com que uma possível candidatura de Aragão à presidência, hoje, corra o risco de não ser aprovada, afora que surja fato novo ou Santana analise o nome.

CONVENCIONAIS PREOCUPADOS: NOVO LISTÃO DE DEMISSÕES

Dois pontos preocupam basicamente os convencionais que hoje escolhem o novo Diretório Regional do PMDB: as denúncias de corrupção dentro do governo, envolvendo até mesmo o Governador Jerônimo Santana e a informação de que esta semana que se inicia, ou até a próxima, deverá ser divulgada uma nova lista com mais de 1.500 demitidos do serviço público estadual.

A questão deste novo listão chegou a ser discutida recentemente em Brasília, durante encontro

do qual estariam participando quase todos os membros da bancada federal do partido e alguns estaduais, o que também chegou a irritar o Constituinte José Guedes.

Ainda na reunião, Guedes comunicara oficialmente que não pretendia disputar qualquer indicação à Executiva partidária, alegando não poder concordar com as decisões tomadas pelo Governador em demitir pessoas que foram fiéis ao partido e trabalharam a favor do PMDB.

Conforme a fonte ouvida sobre a assunto, Guedes também lembrara não saber mais o que explicar para os que procuravam em sua residência quando vêm a Porto Velho, onde, disse, de 200 a 300 pessoas iam chorar o fato de terem sido demitidos.

De novo? Esta a reação de um convencional interiorano ao tomar conhecimento da nova lista. Segundo informações, ela deveria ter sido liberada antes da convenção do partido e só não foi devido ao impacto que iria criar o que poderia prejudicar a formação da chapa única que leva o nome do Governador.

Outro fato que acabou evitando a divulgação da nova lista de demissões, teria sido a convenção para o último domingo, de uma pré-convenção em Porto Velho, da qual participaram apenas cinco diretórios interioranos e uma representação não-oficial da capital.

OLAVO CONFIRMA O 'NÃO' PARA COMPOR O DIRETÓRIO

Está confirmado: o Senador Olavo Pires deve ir à convenção regional do PMDB marcada para hoje, mas não deverá postular qualquer cargo no diretório. "Hoje temos todo um resultado de um processo de desgaste de uma sigla que tanto já se trabalhou por ela. Pena que o governador seja o principal responsável pela descaracterização em que o partido se encontra, refletindo bem a personalidade confusa do Senhor Jerônimo Santana", acusou o senador.

— O que o Santana faz hoje em Rondônia é justamente o oposto de tudo quanto pregamos, daí que fomos às ruas defender. Temos hoje um governador que se comporta muito pior do que qualquer outro que haja passado pela função mesmo no período da ditadura, afirmou Olavo Pires.

— O governador preferiu ficar ao lado dos oportunistas, daqueles que seguidamente apenas atentam contra a moral e a integridade do Estado, marginalizando os que procuraram, nestes anos todos, ajudar a desenvolver o partido e Rondônia. Ao invés de ficar com os autênticos premeditados, Jerônimo bandeou-se pelo elogio falso e pelos fisiologistas, o que leva hoje, lamentavelmente, sermos um Estado sem credibilidade jurídica a qualquer ministro ou órgão em Brasília.

Sobre uma nova lista de 1.500 funcionários a serem demitidos após a convenção do PMDB, o Senador Olavo Pires disse que "como as outras é mais uma amostra do desequilíbrio que ao longo dos últimos três anos tem marcado a confusa personalidade do governador que alega querer equilibrar a receita estadual, demitindo humildes servidores, gerando apenas uma crise social sem precedentes no Estado".

Olavo Pires fez questão de dizer que "fui o primeiro membro do PMDB a condenar publica-

mente o comportamento do governador e hoje mais que nunca estou convencido de que cometemos um erro grave ao elegê-lo. Não podemos calar e nem aceitar que ele culpe a classe política pela incompetência administrativa e irresponsabilidade que Jerônimo sempre demonstrou em prejuízo de Rondônia", concluiu o senador.

ARAGÃO ESPERA COMPOSIÇÃO

O PMDB deverá conseguir uma composição mas só depois da convenção de hoje — esta a previsão do presidente regional do partido, Senador Ronaldo Aragão, falando ao AM logo depois de desembarcar no Belmont às duas horas da manhã de ontem, sábado, quando admitiu pleitear a candidatura à presidência regional, continuando na função em que se encontra.

Aragão se mostrava tranquilo e não se preocupou muito ao tomar conhecimento de vários pretendentes à presidência: "Acho que é direito de cada filiado postular esta função", frisou, para, em seguida, falar sobre uma provável lista de demissões que, conforme informações colhidas em setores do Governo, estaria pronta e deve ser liberada ainda esta semana.

— Já disse várias vezes que sou contra demissões sem critérios sem que se observe a função e a necessidade de cada um. Não concordo com qualquer tipo de demissão e os atingidos devem ser informados sobre os motivos, lhes dando, o Governo, direito à defesa".

O senador é de opinião que "o trabalho deve obedecer a critérios e se entendermos como punição maior a demissão, deve ser obedecida a legislação vigente, para que se evitem conflitos maiores com prejuízos para todos os lados, partido, Governo, Estado e funcionários".

De qualquer forma, o Senador Ronaldo Aragão enfatizou que "uma nova lista de demissões, agora, irá causar uma situação maior de temor e a definição deve ser feita com bom critério, evitando que sejam atingidos os que trabalham".

PRAZO DE GUEDES A SANTANA TERMINA HOJE À MEIA-NOITE

Convenção do PMDB teve tumulto e agressões

Termina à meia-noite de hoje o prazo dado domingo pelo Deputado Federal José Guedes, principal nome do PMDB à Prefeitura de Porto Velho, para que o Governador Jerônimo Santana demita os secretários da Fazenda, Planejamento e procurador-geral, além de assessores e diretores da Caerd e Ceron, que formam o grupo dos "importados" trazidos por ele — que nem conhecia pessoalmente a todos — no início do seu Governo. "Quero saber do governador se para o partido e para o Estado, sou eu ou os "importados", o mais importante", questionou o parlamentar durante seu discurso na tumultuada Convenção do PMDB, quando o Senador Ronaldo Aragão foi eleito presidente regional do partido. O Senador Olavo Pires anunciou seu desligamento da sigla, enquanto o Deputado Estadual Rígomero Agra acusava duramente seus adversários no Diretório de Guará-Mirim, o que causou enorme tumulto e início de pancadaria entre ele e o suplente de deputado federal Moisés Bennesby. Confuso, o secretário Antônio Morimoto chegou a trocar o nome do governador, chamando-o de "Jerônimo

Santana de Garcia", enquanto Olavo Pires fazia, despedindo-se do partido e para uma platéia muda, clara propaganda da candidatura Chiquitito Erse à Prefeitura da Capital. O governador foi vaiado quando entrou no plenário e não discursou. Mas quem realmente prendeu as atenções foi o Deputado José Guedes: "Não tenho cara para pedir voto ao eleitor agredido pelas demissões. Conversei sete horas com Santana pedindo que não houvesse novas listas. Ele me prometeu atender e três dias depois havia mais 2.800 despedidos. O PMDB deve assumir o Governo e mandar os importados embora".

PMDB MANTÉM RONALDO ARAGÃO, PERDE PIRES E GUEDES PODE DEIXAR SIGLA

O fato mais importante da Convenção Regional do PMDB, realizada no domingo, pleno Dia das Mães não foi a eleição do Senador Ronaldo Aragão para a presidência do partido, cargo que ocupava desde que o Governador Jerônimo Santana assumiu a chefia do Executivo, e também não foi a emocionada saída do Senador Olavo Pires. O grande fato foi a expectativa que se criou entre peemedebistas de todos os escalões, que ouviram o discurso do ex-prefeito e Deputado Constituinte José Guedes, principalmente quando ele lançou autêntico desafio ao governador, exigindo a saída de secretários e assessores importados.

Quero saber quem tem mais valor para o PMDB, se os importados ou o Deputado José Guedes — questionou para, em seguida, acrescentar que se não houver resposta de Jerônimo, ele deverá procurar outro partido para ser candidato a prefeito.

Histórico

Na abertura de seu pronunciamento Guedes fez um histórico, lembrando que em junho de 1985, quando assumiu a Prefeitura, teve de adaptar a administração à Aliança Democrática. "E decidi quebrar com aquilo porque não se poderia fazer nada. Então arrisquei minha cabeça politicamente, quando o Governador Ângelo Angelin me dizia que o Presidente José Sarney era contra demitir secretários indicados pelo PFL, mas eu insisti. Naquele momento, o PMDB assumia a Prefeitura efetivamente".

Depois, Guedes fez a primeira cobrança, enquanto o Governador Santana apenas amassava papel e baixava a cabeça, sem encarar o orador. "Acho que é chegada a hora de o partido assumir o Governo e faço esta exigência: Não podemos mais calar enquanto pessoas, trazidas ninguém sabe por quais critérios, tripudiam sobre nós, enquanto Jerônimo não demonstra perceber o que está acontecendo".

— Se não houver afastamento daqueles importados eu saio do partido, porque o que estamos assistindo aí não tem nada de PMDB, pelo menos do que eu defendi em praça pública e, disso já falei com o Governador, sem obter o retorno que eu e a imensa maioria do partido desejamos.

O Deputado fez um perfil de seu trabalho, lembrando que "para me manter fiel ao discurso de campanha não é fácil porque corre muito dinheiro na Constituinte para quem se alinha ao Governo".

Traidores

Continuando, ele condenou demissões seguidas de funcionários, lembrando que "foram servi-

dores contratados por nós e que trabalharam na nossa campanha". O parlamentar enfatizou ainda ter cobrado seguidamente ao Governador mais ação, mas isso nunca aconteceu". Ele entende que o Governo "deve agir como uma empresa".

— Não sou daqueles que batem palmas e vão falar por trás, como muitos que conheço, estão aqui na Convenção e que quando o Governador chegou aplaudiram, deram tapinhas nas costas, mas que o criticam à distância e são subservientes na presença. Eu não preciso deste comportamento e acho que, antes de tudo, devemos ser honestos e sinceros conosco e com os outros.

Guedes lembrou que, recentemente, chegou a conversar durante sete horas com o Governador, na presença do Senador Ronaldo Aragão, sobre os rumos do Governo, importados e demissões. "Houve promessas dele, mas três dias depois eram demitidos 2.800 pais de famílias, que sem terem acesso ao Governador, vêm a nós chorar e não podemos fazer mais do que ouvilos", enfatizou.

— Cheguei a tentar um diálogo com o Jerônimo para modificar esta posição, mas o que ele me disse como resposta eu não tenho nem coragem de repetir perante esta Convenção, por não achar que seja digno de um Governador referir-se da maneira como fez.

Posição

Não estou saindo do PMDB. Mas condicione minha permanência à mudanças que a base partidária a todos segmentos do Estado estão exigindo e só o Governador não quer atender.

Posicionando-se como candidato à Prefeitura, o constituinte chamou todos para uma reflexão:

— "Eu tenho menos cacife que o Jerônimo e ele perdeu na Capital para governador, sendo salvo da derrota no município pelos distritos. Há companheiros que afirmam compromisso de me apoiar para a Prefeitura, mas só se eu sair do PMDB".

Guedes lembrou discursos do Governador quando foi Deputado, dizendo que a administração estadual faz justamente o inverso do que Santana pregava. "A fiscalização fazendária, por exemplo, hoje cobra 25 cruzados de impostos por cacho de banana e deixa sair, livre, de Ariquemes, todo minério retirado pelos garimpeiros".

— Como, mantendo-se este quadro, vou ter coragem de pedir votos para mim, no PMDB. Não temos mais o que prometer. Fizemos promessas exageradas em 85 e 86. O Governador deve ter em mente que se ele tiver que errar, que erre com os nossos, como os que têm compromissos conosco, com o Estado, e que hoje estão desprezados.

Finalizando, o Deputado Federal confirmou que será candidato a prefeito, "pelo PMDB, se realmente as coisas mudarem, ou por qualquer outro partido, porque hoje valem os homens e não a sigla". Encerrando, Guedes dirigiu requerimento à Convenção para aprovar documento em que o partido pediria ao Governador a demissão dos "importados".

OLAVO DEIXA PARTIDO E DENUNCIA OS CORRUPTOS

Texto: Lúcio Albuquerque e Marcos Antero

Denunciando a existência de "um oásis de corrupção implantado dentro do Governo estadual"

e chamando de "estrangeiros indesejáveis" secretários e assessores trazidos de fora pelo Governador Jerônimo Santana, o Senador Olavo Pires anunciou anteontem, às 16h30m, para uma platéia silenciosa de aproximadamente 300 pessoas reunidas na Convenção Regional do PMDB que "não sou eu quem está saindo do partido, mas é o PMDB quem está me abandonando há muito tempo".

Na sua fala, seguidamente interrompida por aplausos, ele chegou a chorar quando lamentou que a linha pregada pelo PMDB estivesse sendo desviada dos discursos de palanque e reafirmou o que já dissera antes ao **AM**, de que desde antes da eleição de 1986 se sentia discriminado dentro da sigla, "por aqueles que pretendem manipulá-la em interesses próprios e contra os do Estado".

O Senador lembrou que certamente receberá pressões de membros da direção nacional do PMDB, em Brasília, sobre seu desligamento, "havendo aqui uma ironia, porque, enquanto aqui sou discriminado pelo Governador, lá tenho um tratamento tranquilo pela direção, onde sou vice-líder da bancada do Senado".

Não tenho condições de continuar no PMDB. Por isso, comunico meu desligamento da sigla e faço um histórico. Após a instalação do Governo, quem era amigo do Senador Olavo Pires foi perseguido e humilhado: Não posso concordar quando o Governador demite servidores, gerando problemas sociais e fazendo com que famílias fiquem ao desabrigado. Por isso, não culpo só o secretário Morimoto pelas demissões de servidores, por que nenhum secretário toma tamanha decisão desta natureza sem que o governador desconheça ou seja o mentor.

O parlamentar disse que há um clima de terrorismo entre funcionários públicos que, quando "acordam pela manhã, não sabem se continuam empregados. É preciso que se tenha em mente o fato de nenhuma empresa ou qualquer empregador, mesmo o Governo, poder ir para a frente sem que haja apoio dos funcionários. Veja-se que em Brasília não uso a tribuna do Congresso para fazer acusações ao Governo. E não faço para que se evite dizer que eu esteja agindo como elemento desagregador".

Minha postura não é contra o Governador. Mas contra esta situação em que nos encontramos e que eu já previra. É fato comprovado que não será com demissões de funcionários humildes que se vai equilibrar a receita do Estado ou evitar despesas, mas com a coragem de atacar a raiz da corrupção, aqueles que aqui vieram apenas com uma mala vazia, para retornar com ela cheia, sem compromissos conosco e que nos humilham e tripudiam sobre nós frisou.

Temos que fazer alguma coisa. Tomar posição contra esta camarilha que tomou conta da administração pública. O próprio Governador parece não saber a importância de um deputado federal ou de um senador em Brasília. Cada ministro tem um dossier sobre a situação política de Rondônia e quando o Governador vai buscar recursos pode esbarrar, justamente, nas informações e, com isso, os recursos terem dificuldades em vir para nós, tudo por causa do distanciamento que o Governador impôs à bancada federal.

O Constituinte lembrou que poucos dias depois de ser eleito, em 86, procurou o Governador dizendo-lhe que em nome dos interesses do Estado

as divergências fossem colocadas de lado. "A resposta que recebi foi o silêncio, foi o fato de o Governador ir a Brasília e não entrar em meu gabinete. Não que eu faça questão, pessoalmente, de sua visita, mas como senador pelo Estado posso encaminhar muitas necessidades, mas sem interesse de Santana é impossível".

Durante o discurso do Sr. Odacir Soares, o Sr. Francisco Rollemberg deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 10 próximo passado, da tribuna da Assembleia Nacional Constituinte, tivemos a oportunidade de expressar nossa posição contrária à aprovação do Decreto-Lei nº 2.423, de 7 de abril de 1988, ora tramitando no Congresso Nacional.

Além dos aspectos inconstitucionais existentes no referido decreto-lei, chamamos a atenção para as inconveniências da sua aplicação.

O Decreto-Lei nº 2.423 estabelece critérios para o pagamento de gratificação e vantagens pecuniárias aos titulares de cargos e empregos na administração federal direta e autárquica.

Várias categorias profissionais têm-se posicionado contrariamente ao decreto-lei — professores, médicos, magistrados, entre elas. A imprensa tem publicado manifestações igualmente contrárias ao mesmo.

Tendo em vista que direitos constitucionais longamente adquiridos são feridos pelo referido diploma legal e levando em conta a violação do princípio da liberdade do exercício profissional, voltamos a apelar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para que retire a Mensagem nº 73 encaminhada ao Congresso Nacional e revogue o aludido decreto-lei.

Este apelo é de um número enorme de profissionais que, antes de defendermos seus legítimos direitos, estão conscientes dos malefícios sociais da aplicação dos dispositivos constantes do Decreto-Lei nº 2.423. A educação e a saúde serão as áreas mais afetadas por esse decreto-lei. Ora, como um governo pode prejudicar justamente aquelas áreas que são consideradas prioritárias na sua administração?

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fica aqui novamente manifestado o apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República no sentido de revogar o Decreto-Lei nº 2.423, a fim de evitar problemas gravíssimos à sociedade brasileira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cem anos decorreram da promulgação da Lei Áurea no Brasil.

Tanto a solenidade realizada pelo Congresso Nacional quanto as demais comemorações oficiais desta data foram contestadas, até de forma veemente, por diversas associações de defesa dos direitos dos negros brasileiros.

Também a teoria da democracia racial, elaborada por Gilberto Freyre, vem encontrando uma forte oposição. Há aqueles que discordam da idéia de que exista em nosso País, relações ideais e com bastante igualdade entre as etnias. Outros há que consideram essa teoria apenas uma clara manifestação da falsa consciência do branco.

Afirma Gilberto Freyre que a miscigenação, que largamente se praticou aqui, corrigiu a distância social que de outro modo teria se conservado enorme. E ressalta o grande sociólogo conservador:

"No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado, pelo sistema de produção econômica — a monocultura latifundiária e, de outro, pela escassez de mulheres brancas entre os conquistadores (...) dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira. Os europeus e seus descendentes tiveram que transigir (...) quanto às relações genéticas e sociais.

Entre nós, como nas áreas de colonização portuguesa em geral, a separação imposta pelo sistema de produção foi a mais fluida possível. Permitiu uma constante mobilidade de classe para classe e até de uma raça para outra (...) Esse caráter humano da colonização portuguesa, se no Brasil é que teve sua expressão mais larga e ao mesmo tempo mais feliz, é, entretanto, comum à obra colonizadora de Portugal. Em toda a parte onde dominou esse tipo de colonização, o preconceito de raça se apresenta insignificante."

Na opinião do ilustre sociólogo e prezado Deputado Constituinte Florestan Fernandes, a escravidão se fundamentou na idéia de que o escravo não tinha pessoa; era, como o gado, apenas mercadoria.

Ainda de acordo com o citado sociólogo e Constituinte, o negro, atualmente, não é estigmatizado somente pela pobreza em que vive, mas também em razão da cor da pele. Para ele, existe o preconceito de raça e de classe, já que objetiva impedir tanto a igualdade racial quanto a ascensão social.

O Economista e Antropólogo Abdias do Nascimento considera inteiramente fictícia a história da escravidão, da abolição e das relações entre pretos e brancos, no Brasil. Em suas obras, denuncia a marginalização dos negros no mercado de trabalho, a violência policial de que são vítimas, as freqüentes dificuldades, exclusões e agressões aos descendentes dos afro-brasileiros.

São pontos de vista respeitáveis, correntes divergentes, mas alicerçadas em estudos, pesquisas e também na observação da realidade brasileira. A nenhuma delas me filio. Creio, também, que não me cabe contestar quaisquer teorias sociológicas ou antropológicas.

Não me proponho, portanto, à crítica ou ao debate. Desejo, apenas, Sr. Presidente, externar o meu respeito por essa raça que tanto se doou ao progresso da nossa Pátria, e a minha admiração pelos grandes homens, negros e brancos, famosos e anônimos, que se empenharam nas lutas pelo fim da escravidão no Brasil.

Foram necessários mais de três séculos para que a sociedade brasileira percebesse a crueldade da escravatura.

Se analisarmos as páginas da verdadeira História do Brasil, veremos que a realidade difere bastante da singeleza dos livros escolares, e constatarmos, Srs. Senadores, que, legitimada pelas classes dirigentes, a escravidão no Brasil se tornou, desde o século XVI, uma verdadeira instituição.

Vozes isoladas desde o século XVII condenaram o sistema escravocrata. Entretanto, a campanha abolicionista, como processo de luta pela libertação dos escravos, só tomou corpo a partir do fim da década de 1860.

"Sim, Senhores, é diante do movimento abolicionista que vos achais colocados. Para qualquer lado que me volte, vejo o horizonte coberto pelas águas dessa inundação enorme. Vi essa grande corrente, que hoje alaga o País como um rio equatorial nas suas cheias, quando ela descia como um fio de água cristalina dos céus de algumas inteligências e das fontes de alguns corações, iluminados pelos raios do nosso futuro."

Assim, Sr. Presidente, se expressava Joaquim Nabuco, quando da campanha eleitoral de 1884. Como ele, Castro Alves, Luís Gama, José do Patrício, André Rebouças e muitos outros faziam de jornais, clubes, escolas e associações, constantes tribunas abolicionistas.

Não se pode esquecer, porém, que a Abolição foi também uma luta de muitos heróis cujos nomes a História não registrou. As rebeliões nas senzalas, as fugas e a formação dos quilombos, o trabalho duro e constante dos abolicionistas anônimos é que vibraram o derradeiro golpe na escravidão.

Sabemos, Sr. Presidente, que os grandes fazendeiros, os cafeicultores do Sul, se converteram não exatamente ao abolicionismo, mas à ideia de que precisavam se livrar, com urgência, daquele carga inútil. Compreenderam que havia passado o tempo em que os negros eram insubstituíveis.

As levas de imigrantes tornavam-se mais intensas a cada dia. Eram homens que recebiam exclusivamente pelo trabalho realizado enquanto que o negro, mesmo não produzindo, tinha que ser vestido, alimentado, tratado, vigiado.

Os senhores não se interessavam pela sorte do negro, pelo destino que teriam após a libertação, mas apenas em resolver os próprios problemas econômicos.

Retrocedendo mais algumas décadas, podemos identificar o "efeito perverso" de algumas medidas favoráveis aos escravos, no Brasil, da mesma forma que nas Antilhas espanholas ou nos Estados do Sul da União americana. Assim sucedeu, por exemplo, com o tráfico negreiro, longe de diminuir com a ação dos ingleses, torna-se, apesar de precário, um rendoso contrabando.

A valorização das "peças" — informa-nos Pedro Calmon — não atendia sequer à do açúcar e do café: "...assim, era tamanho o lucro, que por nada o largavam armadores, comissários e capitães." E não deixa de ser irônico — realça o historiador —, mas o próprio capital inglês tinha em tudo isso uma importante participação: as exportações de algodão e açúcar brasileiros eram geralmente feitas pelas casas inglesas, as quais financiavam a lavoura, permitindo a compra dos escravos.

Fator valioso no tráfico foi, ressalta Calmon, o domínio exercido, na época, no Daomé, por pretos e mulatos brasileiros, responsáveis pela "baianização" de Lagos, completada, em 1845, com o retorno de muitas famílias que obtiveram "cartas de alforria" no Brasil.

"Em Ajudá, em Luanda, o feitio dos edifícios, o traje feminino, reminiscências, cantos religiosos, bailes e fábulas, lembram a Bahia do princípio do século XIX, com a circunstância de continuar viva no linguajar do povo."

As medidas repressivas ao tráfico, resultantes da promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, revelaram a face misteriosa do comércio negreiro: o seu caráter secreto, a troca de informações enigmáticas, as precauções engenhosas, o monstruoso requinte de deitar ao mar a carga humana para iludir os vistoriadores ingleses...

Não poderiam deixar de ocorrer as revoltas. Na Bahia, foram muitas e desbaratadas com violência. Tanto nos arredores da Capital, como no Recôncavo, as conspirações se sucederam.

Cabe, aqui, Sr. Presidente, uma pequena referência à insurreição dos Malês, em 1835. Dela foi personagem importante Luísa Mahim, mãe de Luís Gama, o escravo poeta que, após libertar-se, tornou-se advogado eloquente e ardoroso abolicionista.

Tentemos, por um momento, compreender a estrutura sócio-econômica da Bahia do século XIX, à época do levante dos Malês. Os senhores de engenho eram proprietários e controlavam os principais meios de produção da sociedade; representavam, portanto, a classe dominante por excelência.

As relações senhor/escravo constituíam a matriz estruturadora da sociedade e da economia. José Reis, porém, esclarece em sua obra "A Rebelião Escrava no Brasil", que "os escravos não eram propriedade apenas de grandes senhores de engenho e negociantes urbanos (...); seus donos estavam espalhados por diversas classes e setores sociais. Havia até escravos que possuíam outros escravos, num desafio estranhamente radical ao modelo escravista".

A mobilidade social intra e intergrupal era possível, apesar da rigidez da economia e das barreiras legais, raciais e étnico-nacionais que dificultavam a ascensão social. Segundo Kátia Mattoso, 90% da população livre de Salvador vivia "no limiar da pobreza".

A seca, a escassez, o derramamento de moedas falsas, a inflação dos preços dos bens de primeira necessidade e a ação inescrupulosa dos atravessadores eram características da vida baiana, no século XIX.

Os assalariados viam sua renda real diminuir sistematicamente. O desemprego aumentava, consideravelmente, o já grande número de desocupados. A Bahia estava marcada por profundas desigualdades sociais, agravadas pela rápida expansão da população pobre, livre e escrava.

Nesse contexto, segundo Reis, os escravos da Bahia tornaram-se famosos por sua rebeldia, bem antes de a plebe livre desencadear seus movimentos de protesto. Embora freqüentes em tempos anteriores, as rebeliões se multiplicaram a partir do início do século XIX.

Em várias ocasiões, os rebeldes tiveram seus planos frustrados e não foram além da conspi-

ração. Invariavelmente foram derrotados, às vezes de forma brutal; mas essa marca de audácia assinalou as relações étnicas e escravistas na Bahia, naquele período. Quando os malês organizaram a rebelião de 1835, eles o fizeram como herdeiros dessa tradição.

Deve ficar claro, no entanto, que, na Bahia, "malê" não se refere a nenhuma etnia particular, mas a qualquer africano que tivesse adotado a religião islâmica. Assim, havia nagôs, haussás, gege, tapas e outros — enfim, pessoas pertencentes a diversas nações africanas — que eram chamados "malês" porque haviam abraçado o islamismo.

E impressiona, Srs. Senadores, constatar que, numa sociedade onde a etnia dominante — os brancos — continuava predominantemente analfabeto, "escravos africanos possuíam meios sofisticados de comunicação". João José Reis afirma que havia entre os malês pessoas bem instruídas no idioma árabe, "pessoas que deixaram a marca de sua caligrafia perfeita e gramática limpa", além daqueles que se iniciavam na língua do Alcorão.

Torna-se fácil compreender o interesse dos escravos na leitura e na escrita, pois orar, ler e escrever o árabe e decorar versos do sagrado livro muçulmano são tarefas indispensáveis à educação islâmica, em qualquer lugar e época. E por quê? Porque "permittia ao iniciado participar plenamente nas preces coletivas e somar sua voz ao drama do ritual".

Além disso, Sr. Presidente, o crescimento da sociedade malê não revelou, necessariamente, uma corrida para a revolução. O islã representava, no ambiente baiano do século XIX, a solidariedade entre os cativos que professavam a mesma fé, a segurança espiritual e, provavelmente, o prestígio social dentro da própria comunidade africana.

Variam as opiniões dos historiadores quanto ao total de escravos envolvidos nesse levante. Estima-se que, a aproximadamente 200 malês, muitos outros se juntaram, após o início do conflito. Alguns estudiosos calculam um total entre 500 e 600 negros amotinados, correndo pela noite da cidade de Salvador.

O grande antropólogo Raimundo Nina Rodrigues, autor de "Os Africanos no Brasil" e outras obras, atribui à luta dos malês o caráter de *jihad*, a tradicional guerra-santa muçulmana contra infiéis de todas as cores e origens. Vários pesquisadores ratificam essa opinião.

"É difícil imaginar como seria a Bahia com os malês no poder". Assim se expressa João José Reis, ao analisar as características desse movimento. A revolta previa uma Bahia só de africanos. Não só os brancos deveriam ser mortos, mas também os pardos, os crioulos nascidos no Brasil e todos os negros que estivessem unidos ou aliados aos naturais da terra.

Um aspecto se destaca nesse projeto: o plano de escravidão dos mulatos. A revolta dos malês não foi, portanto — como geralmente se supõe —, uma utopia igualitária. Afirma Reis que, "...o africano muito aprendeu na Bahia sobre a arte de escravizar" e que é perfeitamente natural e humana a vontade de inverter os papéis na estrutura de denominado. É certo, além disso, que, entre os sublevados, havia negros senhores e negros escravos.

A revolta, iniciada ao amanhecer, foi sufocada em poucas horas. As autoridades estavam preve-

nidas; as tropas, de prontidão; os inspetores patrulhavam os quarteirões. O sinal havia sido quebrado! Os rebeldes não mais contavam com o elemento-surpresa, essencial ao sucesso dos planos.

Mas como, Sr. Presidente, puderam os brancos prever a rebelião? Quem, Srs. Senadores, entre os "cabeças" e seus familiares, ousaria denunciar o movimento?

A resposta se encontra na lealdade dos libertos a seus ex-amo^s. Sabedores de que pelo menos os brancos — todos os brancos — seriam indistintamente assassinados, alguns libertos levaram-lhes, na véspera, a informação que lhes salvaria as vidas. Por esses brancos, a denúncia chegou ao presidente da Província e ao comandante das tropas.

Assim terminou o levante dos malês. Sua essência, no entanto, persiste na altivez e na coragem de todos os que agora lutam para extinguir de vez o preconceito, ou, como no dizer do nobre Constituinte Florestan Fernandes, "o preconceito de ter preconceito de cor" — característica essencialmente brasileira.

Ao enfocar as ações e reações libertárias na Bahia, não poderia, de modo algum omitir, o valor da capoeira. Essa forma de resistência cultural favoreceu a consolidação da maioria dos "quilombos", permitindo aos negros melhor defesa contra os capitões — do — mato e as tropas regulares.

Tornou-se a capoeira uma estratégia singular, de preparo individual e coletivo, contra a atuação dos feitores, nas fazendas, nos engenhos, nas cidades; enfim, em todos os lugares onde o desempenho escravo estava sujeito à brutalidade dos brancos.

Vale ressaltar, Srs. Senadores, que no século passado, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro ou em São Paulo, os políticos abolicionistas contavam com a participação efetiva de grupos de capoeiristas. Ao lado dos homens ilustres e brilhantes, o trabalho anônimo, mas destemido, daquelas figuras rudes garantia uma forma já abrasileirada de se dizer "não!" ao abuso e à prepotência.

A história oficial praticamente não registra a importância da participação da capoeira em diversos momentos cruciais da vida nacional. Portanto, Sr. Presidente, é preciso que se destaque a ação decisiva dessa arte marcial, que é, simultaneamente, dança e luta.

É assim, Srs. Senadores, que, em defesa do território brasileiro, os capoeiristas se destacaram nas diversas campanhas contra os holandeses de Maurício de Nassau. Posteriormente, na Guerra do Paraguai, esses crioulos valentes abriram espaço para as tropas regulares. Tais fatos podem ser comprovados nos diários de guerra dos diferentes grupamentos da Marinha e do Exército presentes naquelas batalhas.

Perdoem-me a emoção, Srs. Senadores! Mas ao falar nos méritos dessa luta, revejo, imediatamente; a figura austera e serena de meu pai. Foi, efetivamente, durante o Governo Juracy Magalhães que a capoeira obteve apoio institucional. Tornou-se, então, uma das formas de expressão da cultura baiana, disseminando-se por outros Estados da Federação.

Hoje, portanto, ao reverenciarmos a contribuição negra à cultura nacional, considerei necessário relembrar a capoeira como uma das formas

mais concretas da resistência dos escravos à opressão da raça dominadora.

Entre os muitos artigos que tenho lido, quase todos contra as comemorações do centenário da Abolição, dois me despertaram maior atenção: um, por seu caráter histórico e nacional; outro, pela atualidade e por se referir especificamente ao meu Estado, a Bahia.

"A Abolição não teve motivo humanitário!" — afirma o Professor Gorcino Medeiros dos Santos, membro do Departamento de História da Universidade de Brasília. "Foi fruto dos interesses do capitalismo inglês".

Considera o Professor Gorcino que a Lei Áurea, em termos gerais, não beneficiou o escravo, já que o retirou das fazendas e o atirou às ruas, sem nada para viver. Além disso, como não foram preparados para a liberdade, os cativos herdaram dos brancos os conceitos de que ser livre era ser ocioso e de que o trabalho era degradante, porque era "coisa de negros". Daí resultou a vida nas periferias, em grupos de desocupados, sem poder ascender aos privilégios dos brancos.

No outro artigo, o jornalista Renato Riella analisa, sob o título "A caminho do poder", a situação atual dos baianos de pele escura. Aponta, é bem verdade, alguns aspectos negativos. Destaca, no entanto, diversas peculiaridades que, Sr. Presidente, considero interessantes e oportunas:

"A Bahia é um caso raro, no mundo, de integração do negro à sociedade, dentro de condições adversas e de preconceitos. Mas, contrariamente, esta integração não se refletiu ainda em melhores condições de trabalho, salário, moradia digna e educação. (...)

No entanto, não se pode negar que a integração do negro com o ecossistema nas três últimas décadas foi mais do que revolucionária: transcendental (...)

O resultado é que, quase sem escalas, a cultura negra pulou dos terreiros para os terraços e virou elemento forte de consumo.

O negro baiano (...) descobriu que a sua cultura, vista como rudimentar até vinte anos atrás, tem valor e pode substituir a nossa, copiada de europeus e norte-americanos.

É difícil dizer o que acontecerá na Bahia. É temerário prever. Mas pode-se dizer o que já está acontecendo. A verdade é que, sentindo-se valorizada, forte, magneticamente protegida dos orixás, a raça negra está a caminho de um futuro ascendente."

Alonga-se mais Renato Riella e encerra a matéria afirmando:

"Quem está de fora nunca vai entender o que está acontecendo por lá, mas os negros vão acabar tomando o poder."

Sr. Presidente, causa-me profunda satisfação constatar que, se no século XIX, os negros na Bahia se destacaram pela violência, seus descendentes, agora, se impõem pela cultura. E creio, Sr. Presidente, que, usando a cultura como arma, poderão, realmente, chegar ao poder.

Há um século, a Princesa Isabel, então ocupando o cargo de Regente do Brasil, assinou a Lei Áurea. Durante esses cem anos, os descendentes dos escravos vêm arquitetando a verda-

deira libertação dos homens negros. Que esta geração seja plenamente sucedida e que, por meio da cultura, se concretize em todo o território brasileiro a integração que já se constata no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Mário Maia deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Numa articulação suprapartidária, que transcende os limites restritos de cada uma de nossas agremiações políticas, para alcançar importantes segmentos da sociedade civil do Estado, retoma-se, hoje, no Ceará, a luta pela localização, ali, da projetada Refinaria de Petróleo da Petrobrás — aspiração reivindicada empenhadamente pelo Governador Tasso Jereissati, pelo Vice-Governador Castelo de Castro, pela bancada na Assembléia Nacional Constituinte e Assembléia Legislativa, imprensa, empresários, enfim, todas as categorias econômicas e profissionais e a própria comunidade, sem qualquer discrepância.

Em duas oportunidades, durante audiência concedida pelo Presidente da República, parlamentares do PMDB — entre eles os dois Senadores e doze Deputados Federais — fizeram-me intérprete daquele justo anseio dos nossos coestaduanos, comprometendo-se o primeiro mandatário do País a examiná-lo com especial interesse, embora "a matéria estivesse sendo estudada a nível técnico", segundo adiantou.

Nas tribunas da Constituinte e do Senado, defendi a refinaria, aduzindo, inclusive, todos os dados que militam em nosso favor, extraídos de um Relatório da Petrobrás, apontando o Ceará como a área que melhor se ajustaria às exigências de viabilidade econômica do projeto já ultimado.

Vários outros representantes rezavam-se em pronunciamentos de apoio à iniciativa, louvável tentativa de vé-la concretizada no menor espaço de tempo possível.

Discursos foram citados, editoriais transcritos, entrevistas comentadas, tudo isso integrou um autêntico arsenal de documentos valiosos, lançados a público como forma de sensibilizar o Governo Central e induzi-lo a adotar a providência, sem quaisquer outras injustificáveis protelações.

Diante da demora em que se tem situado a decisão governamental, há aqueles que teimam por considerar "omissa" a atuação da Bancada federal cearense, num total desconhecimento de tudo quanto já se diligenciou para concretizar aquele magno cometimento, que tanto impulsionaria o desenvolvimento regional.

Se, hoje, a comunidade volta, numa promoção nobremente inspirada, a defender, com o patrocínio da Universidade Federal, a localização da refinaria no Ceará, não poderíamos deixar de endossar, uma vez mais e com interesse redobrado, o empreendimento, solidarizando-nos com o mesmo e nos dispondo, por outro lado, a pleitear

do Presidente José Sarney que a deliberação saia da faixa da indefinição, que tanto desalento tem suscitado entre os nossos coestaduanos.

Dispenso-me, Sr. Presidente, de reenfatizar as razões técnicas que privilegiam o nosso território para ser a sede da portentosa obra. Elas já foram aqui repassadas, com clareza iniludível e convincente.

Falta, apenas, a vontade política por parte do Executivo, que, agora, reclamo em nome de seis milhões de conterrâneos.

O Presidente José Sarney não pode decepcionar o Ceará, frustrando-o numa de suas pretensões mais legítimas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando uma cidade perde os meios de se sustentar, de trabalhar o solo para dele obter sua subsistência; quando uma população é reduzida à míngua em razão de absoluta impotência diante das forças da natureza; quando o braço forte que pega na enxada não pode mais fazê-lo; quando o mercado fica vazio e na mesa falta o alimento; quando a merenda da escola não vem; Srs. Senadores, neste momento este povo vive o que se chama de estado de calamidade.

A calamidade se dá quando o céu abre suas comportas e castiga uma cidade ao ponto de quase inutilizar suas ruas, isolando bairros inteiros, contaminando sua água potável, destruindo encanamentos, entupindo dutos de escoamento, inutilizando obras começadas.

Não seria adequado o termo "calamidade" quando, depois de haver castigado uma cidade, as chuvas voltam a cair com a mesma e até maior intensidade que nos dias anteriores, passando a precipitação a estender-se por dez horas seguidas?

Quando o rio que já começava a baixar, volta a subir, para terror de mais de 2 mil ribeirinhos já desabrigados? Não se caracteriza o estado de calamidade quando, pontes e estradas destruídas, fica comprometido todo o escoamento da produção agropecuária, ao ponto de a cidade padecer de carência de produtos básicos, além de ver comprometida sua economia?

Sr. Presidente, se o quadro que ora esboço a V. Ex^a não puder ser chamado de calamidade, não sei qual será a correta designação para o termo. Pois esta é, precisamente a situação por que passa, hoje, a cidade de Imperatriz, no Maranhão. Com a falta dos gêneros básicos, a população vem clamando ao governo municipal para que dê solução ao problema. A Secretaria de Obras do Município afirma, no entanto, que os recursos que a prefeitura dispõe não são suficientes para solucionar o problema. Diante da situação dramática em que veio a se encontrar, então, restou ao Prefeito Ribamar Figueire solicitar verbas federais para um programa mínimo de recuperação de estradas vicinais e principais ruas de acesso da cidade, hoje sem condições de tráfego.

Os recursos solicitados poderiam advir do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente ou de outros fundos federais.

O que importa, Sr. Presidente, é que o Governo Federal se sensibilize com a situação sofrida e insustentável da população de Imperatriz, respondendo com a maior presteza possível às solicitações feitas pelo seu prefeito. Caso contrário, Srs. Senadores, não sei...

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O falecimento do insigne Professor e Jurista Manoel Ribeiro, aos 73 anos de idade, ocorrido em Salvador no último dia 10 de maio, vítima de uma parada cardíaca, deixou profundamente consternada a vasta legião dos amigos, alunos, colegas e admiradores que muito o estimavam e respeitavam tanto em Alagoas onde nasceu, como, sobretudo, em Sergipe e na Bahia, Estados nos quais se desenrolou a sua notável trajetória de homem público exemplar e mestre querido de várias gerações.

É com justificada emoção e imensa saudade que assumo esta tribuna para registrar, nos Anais do Senado Federal, o desaparecimento de um dileto amigo de infância, que foi meu colega no internato do Colégio Antônio Vieira, na Bahia, quando, na mesma turma, fizemos juntos o curso ginásial.

Formado pela Faculdade de Direito da Bahia, o Professor Manoel Ribeiro sempre se destacou pela sua grande inteligência, excepcional cultura e exemplar dignidade, conquistando a admiração e o respeito de todos quantos tiveram o privilégio de conhecê-lo pessoalmente.

A nossa amizade se fortaleceu para o resto da vida quando nos elegemos, conjuntamente, em 1946, Deputado Estadual Constituinte em Sergipe.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado e Secretário de Segurança Pública, foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe. O Professor Manoel Ribeiro consolidou, em Sergipe, a reputação de um homem de bem, dotado de invulgar talento e capacidade técnico-profissional.

Na Bahia, onde residia há 36 anos, o Professor Manoel Ribeiro foi Vereador, em Salvador, de 1966 a 1970, Secretário de Segurança Pública do ex-Governador Regis Pacheco; Secretário de Administração da Prefeitura de Salvador; Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios.

Fundador da Universidade Católica da qual foi Diretor por mais de 20 anos, exerceu, também, as funções de Vice-Reitor e Diretor da Faculdade de Direito.

Professor de Direito Administrativo, publicou vários livros e monografias nos domínios de sua especialização jurídica. Manoel Ribeiro de tal forma se integrou na vida acadêmica e cultural da Bahia, a serviço do desenvolvimento cultural e do bem-estar do povo baiano, que o Prefeito de Salvador Mário Kertész enviou mensagem à Câmara Municipal propondo o seu nome para uma rua da capital baiana.

O Professor Manoel Ribeiro deixou viúva, Doutora Maria Ubaldo Ozório Ribeiro, e três filhos, Doutora Sonia Ribeiro Bandeira, Manoel Ribeiro Filho e o escritor João Ubaldo Ribeiro, considerado como uma revelação de excepcional talento e capacidade cultural pelos livros já publicados, que o transformaram em uma das maiores personalidades da literatura contemporânea, dentro e fora do Brasil.

Não me seria lícito omitir-me nesta oportunidade, quando o Nordeste e o Brasil perderam com o repentina falecimento do Professor Manoel Ribeiro, meu amigo e companheiro de muitas atividades, uma personalidade inesquecível, que soube honrar pelo trabalho e pelos exemplos de sua modelar existência, a sua terra e a sua gente.

Associo-me, por conseguinte, à imensa tristeza de sua família e às justas e comovedoras homenagens que estão sendo tributadas à memória do recém-falecido Professor Manoel Ribeiro, enviando as nossas sinceras condolências a sua digna família, extensivas à Universidade Católica da Bahia, da qual foi fundador, assim como à Direção da Faculdade de Direito, onde foi Professor por cerca de duas décadas, tendo contado sempre, com a estima, o respeito e a admiração dos seus alunos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os alegados objetivos da reunião do Presidente José Sarney com os Governadores estaduais sómente está levando crédito junto àqueles mais desinformados. Não se pode esperar muito consenso ou muitas sugestões objetivas como resultados de uma reunião em que os participantes são tão diferentes quanto um Miguel Arraes e Newton Cardoso ou um Epitácio Cafeteira e um Waldir Pires.

O principal pleito dos Governadores estaduais deve ser justamente a liberação de recursos, sendo que esse investimento ou repasse da União aos Estados e municípios seja feito sem critérios políticos, de forma transparente e proporcional. Ora, todos sabemos que isto é pedir muito ao Governo Sarney, pois o seu raciocínio é unicamente através de benefícios políticos, como contrapartida. Sabemos também que o FMI quer, justamente, a supressão do déficit, de despesas da União, isto é, o fim dos repasses. Neste caso, o Sr. José Sarney teria que optar entre o FMI e os Governadores. Entre estes e os cinco anos.

Como, na verdade, os objetivos da reunião não têm nada a ver com o programa de ajuste, nem com o FMI, esta reunião é mais uma jogada que visa tão-somente a obtenção do apoio dos Governadores aos cinco anos. É somente este o objetivo do Presidente José Sarney: garantir os cinco anos de mandato. Os Governadores estão sendo usados como instrumentos. O Governo finge querer um programa econômico, de união nacional, enquanto o que quer realmente são os cinco anos. Esta é a prioridade maior, a única coerência do Governo Sarney.

Interessante observar que, na busca obsessiva, incessante dos cinco anos, o Sr. José Sarney per-

deu um ano inteiro. De meados de 87 até hoje, nada foi feito além de pressionar ao máximo, correr riscos temerários para a democracia, criar conflitos entre os três poderes, usar todos os meios para garantir-se no poder. E ainda não conseguiu. Teria sido mais lucrativo e, por certo, pelo menos mais ético, se o Sr. José Sarney usasse o seu tempo para governar, administrar o País. Se fizesse isso com a mesma obsessão com que persegue os cinco anos, seria um grande governo.

O FMI vem depois. A negociação da dívida externa, os interesses maiores do País vêm depois. Nota que tantos homens ilustres, eleitos pelo voto direto, estão aparentemente levando a sério essa reunião. Ora, o Governo Sarney é uma sucessão de promessas não cumpridas, de decisões não obedecidas, de prioridades relegadas. O Sr. José Sarney só ouve aquilo que lhe interessa mais de perto, aquilo que garanta os cinco anos de mandato.

Todos os Governadores interessados, empenhados na formulação de um programa mínimo, sério, de ajuste econômico, apesar de suas diferenças particulares, e o Sr. José Sarney, daqui a 15 ou 20 dias, estará completamente alheio aos resultados dessa custosa reunião. Somente os custos da reunião dariam para colocar em dia os atrasados dos aposentados e pensionistas do Estado de Goiás.

Há pessoas que acreditam que o Sr. José Sarney insiste nos cinco anos apenas para comemorar os 200 anos da Revolução Francesa ou os 100 anos da Proclamação da República. Nada mais que isso, pois com ou sem Sarney, seu Governo é uma decepção no que se refere à produção, a resultados positivos, favoráveis ao povo. Seu Governo tem resultados apenas no que diz respeito a contrariar os interesses populares e nacionais.

Os cinco anos não estão garantidos. Daí essa farsa do programa de ajuste econômico, de reunião com Governadores, de FMI. Daí também porque voltamos a afirmar a necessidade de eleições diretas para Presidente da República ainda neste ano. É preciso que o povo decida sobre seu destino, é preciso acabar com as tutelas, seja de branco sobre o negro, de um país sobre outro, de militar sobre civil, de rico sobre pobre. Qualquer tipo de tutela é uma discriminação, é uma humilhação para o tutelado. O povo brasileiro não aceita ser tutelado por ninguém. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos.

O SR. ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há cem anos uma corajosa mulher, tomando uma pena nas mãos, assinou a História e mudou o seu curso. E nossos irmãos da raça negra, brasileiros natos ou africanos arrancados à força de sua pátria, adquiriram, legalmente, um direito que é inerente ao ser humano, que é natural, que é imperativo — o direito à liberdade.

Cem anos são passados, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e cabe aqui numa reverência ao passado e numa escalada rumo ao futuro, que recuemos no tempo, em retrospectiva que traga até nós a verdade dos fatos.

O território brasileiro, imenso e desabitado, as terras férteis nada produzindo, as jazidas prometendo, mas ocultando em seu seio tesouros inimagináveis, tudo isso convidava ao plantio, à exploração, à riqueza fácil, à busca de aventuras.

Faltava, porém, a mão-de-obra, e os tesouros escondidos ameaçavam deixar-se ficar, pelos séculos, em seu sono tranquilo.

Urgia, portanto, procurar e encontrar os que viessem suar, em solo brasileiro, a semente do trabalho e da produção.

E por que não o nativo da terra, depois ensinado, treinado, contratado por salário justo? E por que não o europeu, também assalariado? Apenas porque o trabalho remunerado diminui o lucro dos empregadores insaciáveis, apenas porque mais lucrativo seria caçar negros em território africano e transformar homens em animais.

Se analisarmos os números que ilustram os fatos referentes ao tráfico dos africanos, teremos de reconhecer o horror e a vergonha da situação então existente no País. Em 1789, o número de escravos correspondia a 65% da população e, em 1816, a 68,5%, quando existiam 1.930.000 escravos para um número total de 3.358.500 brasileiros.

De 1807 a 1819, o tráfico trouxe, para o Brasil, a quantidade absurda de 680.000 escravos.

Mas o que ressalta na História, através da perspectiva dos anos já passados, o que alarmá e leva-nos a pensar, é a frieza com que, pouco a pouco, políticos, historiadores, sociólogos — homens atuantes, estudiosos do assunto — passam a encarar os fatos, esquecendo-se de que falam de seres humanos, de que falam de vidas, referindo-se apenas a números e a interesses econômicos, políticos e sociais.

É assim que homens como o Barão de Cotegipe, por exemplo, na sessão do Senado do Império, em 12 de maio de 1888, ou seja, na véspera da Abolição, diz, manifestando-se contra o fim da escravatura: "A verdade é que vai haver uma pertubação enorme no País durante muitos anos...".

Por outro lado, o historiador Gustavo Barroso, comentando sobre as manobras urdidas para levar à Abolição, diz que as mesmas "atormentaram o Império", "e o agitaram", "destruindo de golpe a riqueza dos proprietários de terras,..." E diz, também, que a "abolição tinha de ser feita gradualmente". Em sua opinião, a extinção da escravatura "não era propriamente uma aspiração nacional, pois que se não compreendia outra forma de trabalho". Afirma, ainda, que sobre a escravatura "repousava toda a economia nacional, cuja maior e melhor parte era a agricultura".

Nabuco de Araújo declarou, na época, que "a abolição imediata precipitaria o País no abismo".

Cristiano Ottoni expressou-se dizendo que "não tendo idéia alguma de trabalho produtivo que não fosse o do braço escravo, a reforma realizada em 1888, a todos nós antes de 1871, se afigurava uma impossibilidade".

Mais recentemente, é o historiador Hélio Vianna quem se pronuncia, afirmando, a respeito do tráfico intenso de escravos, no início do século XIX, que "atendendo-se ao intenso progresso econômico então registrado, não teria sido possível, nessa época, a substituição do trabalhador cativo pelo livre".

É estarredor, Srs. Senadores, verificar-se a que ponto de insensibilidade pode chegar o raciocínio referente às massas, gerando o emprego de eufemismos hipócritas. Fala-se em "baixas", nas querras — baixas de cem, de quinhentos de mil. São cem, quinhentas, mil vidas destruídas, aniquiladas, apelidadas de simples "baixas". E fala-se em "trabalhador cativo", para não se dizer "escravo", para não se falar do ser humano sujeito à canga, ao chicote, ao tronco, aos tratamentos sequer aplicados a animais.

"... o direito dos mais miseráveis dos homens, o direito do mendigo, do escravo, do criminoso, não é menos sagrado, perante a justiça, que o do mais alto dos poderes", disse Ruy Barbosa em sua "Oração ao Moçambique". E eu iria mais além, eu não falaria no direito dos escravos, porque, acima de tudo, não existe o direito de existirem escravos.

Há mais de cem anos, o grande homem que foi Lincoln já se expressava a respeito, com sua habitual sabedoria, ao dizer que "os que negam a liberdade aos outros, não a merecem para eles mesmos". E, no brilhantismo de suas conclusões, afirmava também que "se a escravatura não é um erro, então nada é errado".

Sr. Presidente e Srs. Senadores, ouvimos as opiniões expressadas por muitos homens ilustres, do Império e da República, contrárias à Abolição, pelo menos nos moldes em que foi executada. Pediam, esses eminentes brasileiros, mais lentidão no processo, mais tempo para a escravatura, mais prudência ao extinguí-la. Falavam em esperar, quem sabe, um ano a mais? Um mês? Um dia? Para os que não pisavam o chão de uma senzala, não provavam o sabor das torturas, o tempo podia ser encarado friamente, racionalmente, de acordo com os interesses de grupos. Esqueciam-se, entre tanto, de que cada dia de "prudência" para o branco significava um dia de "tortura" para o negro escravo. Afastavam-se da realidade ao se deixarem levar pelo erro de pensar em números, ao invés de pensar em carne, em sangue, pêlo, células, vida.

Cabe a nós indagar se teremos mudado com o passar do tempo, se podemos, nos dias que correm, considerarmo-nos mais próximos da realidade, mais ávidos de justiça e de igualdade, porque a História só deve ser estudada se for para nós encarada como mestra, se vier a ser para nós o exemplo a ser analisado, o tubo de ensaio onde se decanta o passado, na busca das descobertas que construirão o amanhã.

E o que vemos à nossa volta, nos dias de hoje, em termos de sensibilidade e de humanidade?

Vemos o apartheid, Srs. Senadores, aviltando a raça humana com a sua violência, com a sua injustiça. Homens são assassinados, são torturados, marginalizados, impedidos de conviver com seus semelhantes de pele branca.

"Pergunta qual é a minha virtude e não qual é a cor da minha pele", diz um provérbio árabe. E qual é a virtude do branco ou o crime do negro? Apenas o fato de ter nascido aqui ou ali, de haver sido gerado por um ou por outro pai.

Mas não é necessário que viajemos até a África para observarmos a injustiça praticada contra o ser humano de raça negra. Em nosso País — um País ainda novo, mas já eivado por vícios — encontramos exemplos vivos de injustiças iguais.

Há poucos dias chegou-me às mãos a carta de um meu concidadão, anexada ao anúncio, publicado no jornal **Estado de Minas**, onde eram solicitados empregados para uma firma que, entre outras observações, exigia que o cidadão fosse de "cor branca".

imediatamente, enderecei carta ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, pedindo providências urgentes contra a discriminação absurda, intolerável, que fere as leis brasileiras e agride a sensibilidade de nosso povo. Como é possível, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, no ano do centenário de uma lei que aboliu a escravatura no Brasil, ainda tenhamos exemplos de tamanha radicalização, de tão abominável preconceito? Para minha satisfação, recebi resposta do eficiente Conselho, informando-me já ter sido expedido Ofício ao Procurador-Geral da Justiça, com vistas à adoção das providências cabíveis para impedir a odiosa discriminação.

Recentemente, o ator Grande Otelo prestou significativo depoimento ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, versando sobre o centenário da Abolição. E disse, entre outras coisas, que até hoje o negro brasileiro aguarda o futuro, abandonado, como ainda se encontra, apesar da Abolição. E salienta que, se houve homens de pele escura que se tornaram figuras importantes no cenário nacional, isso se deveu à "garra do negro" e à sua "força de luta".

Não temos dúvidas, Srs. Senadores, de que muito ainda existe para ser feito, até que a escravidão do negro seja verdadeiramente abolida em nosso País. A Lei Afonso Arinos, em vigência desde 1951, ainda é ignorada por muitos e desprezada por quase todos.

E assim caminhamos nós — a sociedade brasileira — por cem anos de lutas que buscaram tirar a Abolição do papel e transformá-la em algo mais do que uma simples assinatura histórica.

Falamos em liberdade, propugnamos por nossos direitos, exigimos os deveres dos outros, mas esquecemos o que muito bem soube expressar Wendell Willkie, quando disse que "a liberdade é uma palavra indivisível. Se desejamos gozá-las e lutar por ela, devemos estar preparados para estendê-las a cada homem, seja ele rico ou pobre, concorde ele conosco ou não, seja qual for a sua raça ou a cor da sua pele".

Nesta data comemorativa do centenário da Abolição, não cumprimento o negro brasileiro, não lhe canto "parabéns" e nem acredito que esteja ele desejoso de soprar velinhas, mas ofereço-lhe — isso sim — toda a minha solidariedade na luta que ainda trava por sua libertação. Ofereço-lhe compreensão e a ajuda possível para enfrentar o dia-a-dia sofrido daqueles que vêem as portas fecharem-se diante de si, que sentem as oportunidades fugirem por entre seus dedos — dedos que apenas na cor diferem dos meus.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, esta é uma data significativa também para nós, pois é um brado de alerta, em meio à euforia da Assembleia Nacional Constituinte, a nos lembrar que leis possuem corpo e também espírito e que pouco valerá cuidarmos do corpo se, em espírito, jamais serão elas acatadas e obedecidas.

Após encerrarmos nossos trabalhos como Constituintes, enfrentaremos a tarefa gigantesca de elaborar as leis ordinárias que porão em prática a nossa Carta Magna. Então precisaremos da lucidez necessária para amarrarmos ação e intenção, linhas e entrelinhos, matéria e pensamento, a fim de não permitirmos que, apesar das leis, as injustiças sejam impunemente praticadas em nosso País.

ao negro brasileiro — amigo, companheiro de luta e de ideais — a minha esperança no futuro e na vontade de batalhar ao seu lado, na compensação pelos desenganos desses cem anos de passado.

A fraternidade, segundo Lamartine, não possui pátria. Díria eu que também não conhece raça, nem cor, nem credo.

Abramos nossos braços, Srs. Senadores, e acolhemos a causa de nossos irmãos de pele escura. Na presente data, ao invés das congratulações e dos cumprimentos, façamos nossa a sua luta por melhores dias, na esperança de que, em breve tempo, possamos superar o conceito discriminatório de raças determinadas pela coloração da pele, compreendendo, finalmente, que os corações humanos têm todos a mesma cor. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Viveremos um período de grave crise econômica. Não é minha intenção, neste momento, perquirir a natureza das dificuldades ou suas possíveis saídas. Desejo, apenas, registrar um fenômeno que temos observado habitualmente, em situações críticas: Esses são os momentos mais adequados a que se reavalem idéias, repensem conceitos, reprogramem caminhos, em busca de um futuro melhor, porque os instantes de crise, ainda que penosos, têm o condão de estimular a criatividade, aguçar a imaginação. E é assim que se vence as adversidades. Uma vez superadas, ganha-se novo alento para alcançar patamares mais altos.

Faço estas considerações, a propósito de expectativas com relação à implantação de uma refinaria de petróleo no Nordeste brasileiro. Recentemente, em reunião com representantes da Bancada do PFL na Assembleia Nacional Constituinte — Deputados Oswaldo Coelho, Coordenador; José Jorge; José Moura; Salatiel Carvalho; Paulo Marques — e outras lideranças pernambucanas, inclusive o ex-Prefeito de Recife, Dr. Jorge Cavalcanti, estivemos com o Presidente da Petrobrás, Cel. Osires Silva, de quem ouvimos, entre outras observações, considerações sobre qual seria o momento mais oportuno para a implantação dessa nova unidade de refino da estatal do petróleo. Disse-nos, na ocasião, o ilustre Presidente, que os estudos realizados pela empresa, sobre o crescimento da demanda por derivados de petróleo, feitos durante a euforia do Plano Cruzado, não tiveram suas projeções confirmadas nos dois anos subsequentes, e que, na atual quadra de desaquecimento da economia, seria desaconselhável dar partida a empreendimento de tal porte.

Dissertou o Presidente da referida empresa estatal sobre os cuidados com que a maior empresa do País — e uma das cinqüenta maiores companhias do setor produtivo do mundo — programa seu crescimento. Nesse caso específico, qualquer precipitação poderia sacrificar ainda mais o já estrangulado fluxo financeiro da Petrobrás, que, como sabemos, sofre atualmente as consequências de decisões econômicas equivocadas, adotadas por entidades externas à empresa, que comprometem seriamente sua capacidade de investir, obrigando-a a déficits crescentes em diversas operações que realiza — o que, diga-se, deve ser rapidamente corrigido, para que não se continue penalizando uma companhia que é motivo de justo orgulho de todos os brasileiros.

Entretanto, ainda que louvemos a cautela da Petrobrás, deve preocupar-nos o risco de incidir em antigos erros, que tanto nos custaram, de substíruir a capacidade deste País de recuperar-se no enfrentamento das crises econômicas. Na dura recessão que nos vitimou em 1982-84, por exemplo, deixamos de realizar investimentos inadiáveis em comunicações, e, como resultado, perdemos a condição invejável que, a duras penas, atingíramos nesse setor. Não conservamos convenientemente nossas rodovias, nesse mesmo período, e comprometemos seriamente os transportes terrestres, enfrentando agora custos muito maiores para reparar os danos causados. Isso, para não falar em nossa proverbial imprevidência quanto ao crescimento caótico das cidades, danos ao meio ambiente, à permanência de uma estrutura fundiária irracional e injusta, entre outros aspectos.

Nas atuais dificuldades, é preciso, com o cuidado de não utilizar escassos recursos em investimentos inadiáveis, ter a justa medida do tempo, para não cometer equívoco oposto, qual seja, o de postergar empreendimentos talvez mais urgentes do que à primeira vista se supõe. Lembremo-nos de que, de 1982 até meados de 1984, mergulhamos numa recessão de qual, tudo indicava, não haveríamos de sair em curto tempo. No entanto, no final de 1984, a economia dava mostras de reequer-se, para atingir apreciável dinamismo já nos dois anos seguintes.

Estou seguro de que a força própria já adquirida pelas atividades produtivas brasileiras não permitirão que se prolongue a atual conjuntura de incerteza. Assim, é hora de nos aprestarmos a preparar o futuro, dando partida a projetos de vulto, dos quais a nova refinaria nordestina é um dos mais importantes.

Portanto, é esse o momento adequado para discutirmos também a questão decisiva da sua localização entre os Estados da Região, que muito legitimamente a desejam em seu território.

Não pretendemos permitir que o justo sentimento que nos une à nossa terra venha turvar a visão clara do que é, econômica e socialmente, mais benefício para o País e o Nordeste.

Como se sabe, as refinarias de petróleo devem situar-se perto dos maiores centros de consumo. No Brasil, a exceção corre por conta da de Mata-ripe, na Bahia, implantada junto à zona produtora — embora sirva também aos mercados consumidores da Grande Salvador e sua área de influência — em virtude do tipo de petróleo ali extraído.

Ora, estatísticas dizem que em Pernambuco localiza-se nada menos do que 38% do total de consumo dos Estados nordestinos — inclusive Bahia e Sergipe — e que 61% dessa parcela corresponde a demanda da região metropolitana do Recife. Nada mais óbvio que, por esse critério, o empreendimento deva sediar-se em terras pernambucanas.

Outro aspecto de igual importância refere-se às facilidades oferecidas pelo Estado para a empreitada. Refinaria requer infra-estrutura: instalações portuárias, transportes, energia, abastecimento d'água e outros equipamentos. Tudo isso já se encontra disponível em Pernambuco, mais precisamente, no complexo portuário-industrial de SUAPE, há cerca de 40 quilômetros do Recife e em situação privilegiada, no que concerne, tanto ao restante do País, quanto os mercados internacionais.

Permitam que alinhe outras vantagens oferecidas por SUAPE:

A) Disponibilidade de terrenos em condições topográficas e geotécnicas adequadas, quer para a própria refinaria, quer para outras plantas industriais — inclusive petroquímicas — que a ela devem seguir-se;

B) Infra-estrutura portuária praticamente concluída (o que falta aguarda apenas demanda adicional que o justifique), contando com a capacidade para operação simultânea de dois navios de até 35 toneladas no pier e com cais apto a receber navios de até 80 toneladas, além de área abrigada por molhe;

C) Sistema de abastecimento d'água exclusivo do complexo, mais do que suficiente para o empregismo, com possibilidade de duplicar-se em curto tempo, caso seja preciso;

D) Subestação de energia elétrica interligada ao sistema CHESF, em condições adequadas;

E) Disponibilidade de transporte ferroviário e rodoviário, contando, inclusive, com terminal ferroviário especializado em carga e descarga de combustíveis;

F) Existência, já em funcionamento há cerca de um ano, de parque de tancagem da Petrobrás e outras distribuidoras, sob operação da estatal brasileira, dotado do que há de mais moderno em equipamentos dessa natureza;

G) Sistema de telecomunicações, incluindo telefonia, telex, teleprocessamento de dados etc., permitindo ligações com qualquer parte do mundo, também em pleno funcionamento;

H) Cuidados com a proteção ambiental, conforme estipulado no Plano Diretor de SUAPE, de que resultaram esquemas preventivos capazes de praticamente eliminar eventualmente de poluição.

A propósito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é com muita satisfação que lembro ter, quando governei Pernambuco, iniciado a execução física do Complexo Industrial Portuário de SUAPE, adotando inclusive, a providência de criar uma Secretaria Extraordinária para superintender as obras. Tive, naquela ocasião, de contrair empréstimos externos, em dólares, aprovados por esta Casa, para impulsionar o desenvolvimento das ações desse empreendimento tão vital para o exercício da vocação de serviços de Pernambuco.

É importante recordar que foi também durante o meu Governo que se iniciou, através de um trabalho diuturno que desenvolvi junto aos altos

escalões do Governo Federal e à própria Petrobrás, a construção dos terminais de granéis líquidos, hoje concluídos e em plena operação, e cujas obras transcorreram — reconheça-se — tão rapidamente pela Petrobrás que pude, ainda como Governador, assistir à atração do primeiro navio no referido terminal.

Essas facilidades, resultantes do grande esforço realizado pelo povo e Governo do Estado, permitirão a implantação da refinaria em SUAPE dois anos antes do que em qualquer outra localização alternativa, e a custos muito inferiores. Calcula-se que a economia possibilitada pelas instalações preexistentes atinja nada menos do que 200 milhões de dólares.

Por tudo isso, estou convencido, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de que a refinaria de Petróleo que a Petrobrás projeta construir no Nordeste deve localizar-se em SUAPE, e que sua implantação, concluídos os estudos detalhados que a empresa está realizando para reavaliar projeções talvez superadas pelo tempo, deverá iniciar-se brevemente.

Apelo, por isso, ao Senhor Presidente da República e à clarividência e espírito público do Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, bem assim aos que fazem a Petrobrás — técnicos e dirigentes, à frente o lúcido e operoso Presidente, Cel. Osires Silva — para que tenham em conta, além de todos os aspectos aqui referidos, também as condições peculiares de Pernambuco, quer sob o ponto de vista social, quer sob o ponto de vista econômico-financeiro e locacional, para sediar esse importante empreendimento que a Petrobrás deve implantar no Nordeste.

Enfim, uma refinaria que, é bom não esquecer, vai servir como notável instrumento propulsor de todo o Nordeste de modo especial, o Nordeste Oriental, que é justamente o de menor nível de desenvolvimento relativo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A Presidência verifica que não há mais no plenário número mínimo necessário para o funcionamento da sessão, não podendo esta, por conseguinte, continuar.

As matérias da Ordem do Dia ficam com a deliberação adiada.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1988 (nº 206/87, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário, com emenda que oferece.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1988 (nº 408/88, na Casa de origem), que dispõe sobre as medidas de proteção e amparo às vítimas das enchentes e desabas-

mentos ocorridos nos Estados do Rio de Janeiro e Acre e de fomento às atividades econômicas das áreas atingidas tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto da Câmara nº 7, de 1988 (nº 8.387/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria a 16ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

4

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1988 (nº 381/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

5

Votação, em turno único, do Parecer nº 2, de 1988, apresentado pela Comissão Especial, concluindo que não deve ser objeto de deliberação a Denúncia s/nº, de 1988, do Senhor Deputado Gerson Peres, contra o Doutor José Paulo Sepúlveda Pertence, Procurador-Geral da República.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 37, de 1988, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos regimentais, ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações a respeito da Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEAC, a fim de instruir o estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 119 de 1982.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1987 (nº 171/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

9

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 1985 (nº 2.929/83, na Casa de origem), que altera a redação da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1985, que "institui normas gerais sobre desportos". (Dependendo da votação do Requerimento nº 179, de 1987, de adiamento da discussão.)

10

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1986 (nº 7.679/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da administração indireta e fundações das transferências de recursos federais, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 1.024, da Comissão

de Finanças. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça, em audiência.)

11

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1987 (nº 214/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. (Dependendo de parecer.)

12

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1988 (nº 1.932/83, na Casa de origem), que estabelece normas para o funcionamento das frentes de serviços organizadas em períodos de seca, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

13

Mensagem nº 45, de 1988 (nº 45/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.645,45 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

14

Mensagem nº 48, de 1988 (nº 48/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 180.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

15

Mensagem nº 49, de 1988 (nº 49/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Turiaçu, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.738,72 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

16

Mensagem nº 52, de 1988 (nº 60/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Peabiru, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 12.775,48 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

17

Mensagem nº 64, de 1988 (nº 79/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Assu, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 5.965,23 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

18

Mensagem nº 66, de 1988 (nº 81/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Jardim, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 7.033,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

19

Mensagem nº 74, de 1988 (nº 89/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 42.437,69 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

20

Mensagem nº 75, de 1988 (nº 90/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 62.192,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

21

Mensagem nº 89, de 1988 (nº 103/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

22

Mensagem nº 112 (nº 182/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 800.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

23

Mensagem nº 113, de 1988 (nº 183/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Rio Branco, Estado do Acre, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 31.927,84 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

24

Ofício nº S/6, de 1988 (nº 54/88, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 160, de 1986, que autorizou o Governo

do Estado do Pará a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 363.865,70 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 45 minutos.)

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Ata da 85^a Reunião

Aos quatorze dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e oito, às onze horas, na sala de reuniões da Primeira Secretaria do Senado Federal, reúne-se o Conselho de Supervisão do Prodases, sob a Presidência do Exmo. Sr. Senador Jutahy Magalhães. Comparecem os Senhores Conselheiros Dr. José Passos Pôrto, Vice-Presidente deste Colegiado, Dr. Edgard Lincoln de Proença Rosa, Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira e Dr. Sérgio de Otero Ribeiro, Diretor Executivo do Prodases. Presente, também, a convite do Senhor Presidente, o Dr. Sinval Senra Martins Júnior, Assessor-Chefe da Assessoria da Diretoria Executiva do Prodases. Inicialmente, o Senhor Presidente coloca em apreciação a Ata da reunião anterior, dispensando a leitura da mesma por ter sido distribuída, com antecedência, aos Senhores Conselheiros. Estes aprovam por unanimidade. Passa-se ao segundo item, processo PD-0796/87-5, que trata da Concorrência nº 2/87 realizada pelo Prodases, visando a contratação de serviços de adequação das instalações físicas do Sistema Central de Processamento e áreas afins. A Comissão Permanente de Licitação considerou vencedora a Empresa WH Engenharia Ltda. por ser a proposta que melhor atende aos interesses do Prodases. O relator da matéria, Conselheiro Eduardo Jorge Caldas Pereira, lê o seu parecer, manifestando-se favorável à homologação da referida Concorrência, o qual obtém aquiescência unânime dos Senhores Conselheiros. A seguir, coloca-se em apreciação o processo SF-000080/88-8 referente ao pedido de ligação do microcomputador do escritório regional (Recife-PE) do Senhor Senador Marco Maciel ao Sistema Central de Computação do Prodases. Com a palavra o relator da matéria, Conselheiro Eduardo Jorge Caldas Pereira, diz que a presente solicitação está enquadrada de acordo com os termos dos "critérios para atendimento aos Escritórios Regionais dos Senhores Senadores", aprovados por este Conselho em reunião do dia 13 de maio de 1987, "motivo pelo qual somos pelo atendimento do proposto pelo Diretor Executivo do Prodases". O parecer obtém a aquiescência de todos os presentes. Prosseguindo, é apreciado o processo PD-0068/82-9 relativo às Normas para Ocupação de Imóveis Residenciais do Prodases. Após o relato do Conselheiro José Passos Pôrto sobre o assunto, o Conselheiro Edgard Lincoln de Proença Rosa solicita vistas do processo em pauta, com o que os Senhores membros concordam. O quinto item, processo PD-0092/88-6, que trata sobre Convênio a ser firmado entre a Secretaria

taria da Fazenda do Estado da Bahia (Departamento de Informática) e o Prodasen, objetivando permitir o acesso daquela Secretaria aos Bancos de Dados do Sistema de Informações Legislativas do Congresso Nacional — SICON. A palavra é concedida ao Conselheiro-relator, José Passos Pôrto, que diz concordar com a celebração do Convênio citado, haja vista que a proposta apresentada para assinatura do mesmo "está de acor-

do com as decisões aprovadas por este Conselho, no que se refere ao Ato nº 19/86 e às diretrizes relativas à reciprocidade de informações". O parecer do relator é aprovado pela unanimidade dos Senhores Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião. É, para constar, eu, Ana Maria Merlo Marenco, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata que subscrevo e, após lida e aprovada, vai assi-

nada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho. Brasília, 14 de março de 1988. — Senador **Jutahy Magalhães**, Presidente do Conselho de Supervisão do Prodsdm — **José Passos Porto**, Vice-Presidente, **Edgard Lincoln de Proença Rosa**, Conselheiro — **Eduardo Jorge Caldas Pereira**, Conselheiro — **Sérgio de Otero Ribeiro**, Diretor Executivo do Prodasen.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente

José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente

Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário

Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário

Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário

Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário

João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário

Aluizio Bezerra — PMDB-AC

Francisco Rollemberg — PMDB-SE

João Lobo — PFL-PI

Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DA MAIORIA**Líder**

Rachid Saldanha Derzi

Vice-Líderes

João Menezes

Leopoldo Peres

Edison Lobão

João Calmon

Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Leopoldo Peres

João Calmon

José Fogaça

Mauro Benevides

Olavo Pires

Raimundo Lira

Severo Gomes

Nelson Wedekin

Ronaldo Aragão

Cid Sabóia de Carvalho

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marcondes Gadelha

Vice-Líderes

Edison Lobão

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Roberto Campos

Virgílio Távora

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB**Líder**

Ney Maranhão

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Affonso Camargo

Vice-Líder

Carlos Alberto

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana
1º-Vice-Presidente: Vago
2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluizio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Surugay
Édison Lobão

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Seraiva

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PDS

Jarbas Passarinho
Lavoisier Maia

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PL

Itamar Franco

Roberto Campos

PDS

PSB

Jamil Haddad

Mauricio Corrêa

PTB

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal: 3497

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho

— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

Assistente: Vera Lúcia Nunes — Ramais: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho
Vice-Presidente: Édison Lobão

PMDB

Titulares

Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Seraiva
Chagas Rodrigues

Suplentes

Ronan Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Édison Lobão

João Menezes

Suplentes

Márcio Lacerda
Severo Gomes
Iram Seraiva
Albano Franco
Luiz Viana
Nabor Júnior

PDT

Mauricio Corrêa

Lavoisier Maia

PFL

PDS

Mauro Borges

Mauro Borges

Odacir Soares
Divaldo Surugay

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4065

PEQUENOS PARTIDOS

Roberto Campos
Virgílio Távora
Carlos Alberto

Mário Maia
Affonso Camargo

Assistente: Goitacaz Brasônio P. de Albuquerque — Ramal: 4026

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4344

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos
1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira
2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Seraiva

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Vago

PDT

Mauricio Corrêa

Carlos Alberto

Assistente: Vera Lúcia Nunes — Ramais: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE — (CFC)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Chiarelli
Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Almir Gabriel
José Paulo Bisol
Mendes Canale
Nelson Wedekin
Ruy Bacelar
Ronan Tito
Mauro Benevides
Leite Chaves
Wilson Martins
João Calmon

Suplentes

Márcio Lacerda
Severo Gomes
Iram Seraiva
Albano Franco
Luiz Viana
Nabor Júnior

PFL

Afonso Arinos
José Agripino
Guilherme Palmeira
Carlos Chiarelli

Odacir Soares
Divaldo Surugay

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal-Agência-PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70 160

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuições de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 95

(julho a setembro de 1987)

Está circulando o nº 95 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 360 páginas, contém as seguintes matérias:

— Direitos humanos no Brasil — compreensão teórica de sua história recente — **José Reinaldo de Lima Lopes**

— Proteção internacional dos direitos do homem nos sistemas regionais americano e europeu — uma introdução ao estudo comparado dos direitos protegidos — **Clémerson Merlin Clève**

— Teoria do ato de governo — **J. Cretella Júnior**

— A Corte Constitucional — **Pinto Ferreira**

— A interpretação constitucional e o controle da constitucionalidade das leis — **Maria Helena Ferreira da Câmara**

— Tendências atuais dos regimes de governo — **Raul Machado Horta**

— Do contencioso administrativo e do processo administrativo — no Estado de Direito — **A.B. Cotrim Neto**

— Ombudsman — **Carlos Alberto Provençiano Gallo**

— Liberdade capitalista no Estado de Direito — **Ronaldo Poletti**

— A Constituição do Estado federal e das unidades federadas — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**

— A distribuição dos tributos na Federação brasileira — **Harry Conrado Schüler**

— A moeda nacional e a Constituinte — **Letício Jansen**

— Do tombamento — uma sugestão à Assembléia Nacional Constituinte — **Nailé Russomano**

— Facetas da "Comissão Afonso Arinos" — e eu... — **Rosah Russomano**

— Mediação e bons ofícios — considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina — **José Carlos Brandi Aleixo**

— Prevenção do dano nuclear — aspectos jurídicos — **Paulo Affonso Leme Machado**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura para 1988
(nºs 97 a 100): Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775. Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 96

(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**
Hermenéutica constitucional — **Celso Bastos**
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municípios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguillar**
Constituição americana: moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza**
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penegar**
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**
Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**
Dívida externa do Brasil e a argüição de sua inconstitucionalidade — **Nailê Russomano**
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Cretella Júnior**
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**
Casamento e família na futura Constituição brasileira: a contribuição alemã — **João Baptista Villela**
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Silvio Meira**
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
Telefones: 211-3578 e
211-3579

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100):
Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

CÓDIGO DE MENORES

(2^a edição — 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações

532 páginas — Cz\$ 120,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está publicando a série **Constituições Estrangeiras**, com índice temático comparativo.

Volume 1 — República Democrática da Alemanha, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia.....	Cz\$ 300,00
Volume 2 — República da Costa Rica e República da Nicarágua.....	Cz\$ 200,00
Volume 3 — Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tome e Príncipe.....	Cz\$ 300,00
Volume 4 — Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia.	Cz\$ 300,00
Volume 5 — Áustria e Iugoslávia.....	Cz\$ 500,00

Encomendas pelo reembolso postal ou mediante cheque visado ou vale postal a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (Brasília — DF — CEP 70160)

Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil

Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal

— Edição: 1986 —

- Antecedentes históricos.
- Regimentos das Assembléias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes.
- Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967.
- Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos.

496 páginas

Preço: Cr\$ 150,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, anexo 1, 22.º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.